



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Relatório da PANGEA-RISK - II Pandemia favorece esquemas de lavagem de capitais

Págs. 6 e 7



Amadeu põe em xeque o sistema político

“Eu não violei a Constituição. Pelo contrário, estou defendendo a Constituição como jurei fazer.”

Págs. 2 a 4

João Serra

Cabo verde perante os desafios do crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza

Págs. 8 e 9 in ETC



Artes plásticas

Nelson Neves mostra 20 anos de carreira na Praia

Págs. 6 e 7 in ETC

São Nicolau

“Kaminho para a América” na rota das baleias

Pág. 4 in ETC

Polémica

Jovem acusa INE de violar seus direitos e falta de transparência no recrutamento

Pág. 12

Porto Novo

Jovens no combate às alterações climáticas

Pág. 13

Prison Break



Pág. 19

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

- Receitas e Dicas
- Passatempo

PPN
RONTO ARA EGÓCIO

Amadeu põe em xeque o sistema político

O advogado e deputado Amadeu Oliveira, que protagonizou no passado fim-de-semana, a fuga do seu cliente Arlindo Teixeira para França, diz que agiu consciente de todos os riscos que corria. Além de jurídicos, o caso comporta vários aspectos políticos. Tirando a UCID, nenhum outro partido parece alinhar com ele. A Assembleia Nacional decide hoje o que fazer com Oliveira.

Daniel Almeida



A Comissão Permanente da Assembleia Nacional, sob a presidência de Austelino Correia e da qual fazem parte os três partidos com assento parlamentar (MpD, PAICV e UCID), vai apreciar esta quinta-feira, 01, que decisão tomar em relação ao episódio protagonizado por Amadeu Oliveira, enquanto eleito pela lista da UCID, por São Vicente.

Levantamento da imunidade parlamentar

“Soubemos da sua ausência do país através da Comunicação Social e estamos a analisar a situação”, disse Austelino Correia, fazendo saber que,

além desse caso, aquele órgão irá decidir outras pendências ligadas à Justiça.

Uma delas visa, precisamente, o levantamento da imunidade parlamentar do eleito da UCID para prosseguir com o seu julgamento num caso em que acusa juizes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de vários crimes.

No caso pendente de Amadeu Oliveira, que é membro pela UCID da Comissão Permanente da AN, Austelino Correia deixou a entender que o Parlamento vai colaborar com a Justiça, caso for solicitada.

Alegada violação do Estatuto dos Deputados

Tendo, alegadamente, cometido um crime, ao ajudar Arlindo Teixeira a fugir do país, Amadeu Oliveira terá violado o Estatuto dos Deputados que, no seu artigo 22º, estabelece que é dever do deputado desempenhar o cargo para o qual foi designado nos termos regimentais e contribuir para a dignificação, eficácia e prestígio do Parlamento.

Conforme uma fonte parlamentar, “é evidente” que o episódio em causa, protagonizado por Oliveira, “não contribuiu para o prestígio do Parlamento e nem pela sua dignificação”.

Pelo contrário, “sendo deputado, mesmo tendo agido como advogado, ele cometeu

um crime”, o que “significa que desprestigiou a Assembleia Nacional, facto que pode levar as pessoas a dizerem que o Parlamento tem criminosos no seu seio”.

Sendo deputado, Amadeu Oliveira pode igualmente ser acusado, enquanto membro de um órgão de soberania (Parlamento) de interferir ou impedir a realização da Justiça. “É o próprio Amadeu a confessar o que fez”, sublinha.

Deputados não podem ausentar sem prévio conhecimento à AN

Por outro lado, a alínea “h” do mesmo artigo diz claramente que são deveres dos de-

putados não se ausentar do território nacional sem dar prévio conhecimento à AN.

Poderá ser, precisamente, aqui, neste ponto, que o Parlamento poderá agir em relação ao visado. Mas, mesmo assim, é de se esperar para ver.

É que, segundo a mesma fonte, ao contrário de outros parlamentos, que têm normas próprias na Constituição ou no Regimento, que permitem sancionar deputados por via disciplinar, expressamente, “em Cabo Verde isto não existe”.

Quando muito, admite, “o que a Assembleia Nacional pode fazer é criticar esse procedimento de Amadeu Oliveira e apontar-lhe responsabili-

Ficha Técnica

A Nação

Semanário | Ano XIV | N° 722 | 01 de Julho de 2021 | Registo DGCS: N°3/2007 | Registo ARC: N°3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Manoel Rui Tavares Ortet | Endereço: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | Telefone: (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Aláides Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Frago (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

dade, porquanto ele não pode, como deputado, colaborar com crime e defraudar a Justiça”.

Para a mesma fonte, tal quadro demonstra, na prática, os limites do actual quadro normativo para disciplinar deputados, sem prejuízo dos seus direitos constitucionais.

“Os deputados têm direito a inviolabilidades e a imunidades, é certo; mas este talvez seja o momento de o Parlamento analisar se é possível, mesmo no quadro constitucional existente, estabelecer algumas normas em relação à disciplina dos deputados”.

Deputados-advogados

Aliás, o episódio Amadeu Oliveira possui várias outras vertentes e nuances. Uma das quais a faculdade de os deputados-advogados poderem exercer actividade privada que, muitas vezes, no exercício da função privada, acaba por colidir com a actividade política.

Dá-se até casos de deputados-advogados assumirem ou patrocinarem causas contra o próprio Estado, que juraram defender, o que para muitos configura-se como um exemplo de falta de ética que reina na nossa vida parlamentar.

No caso presente, o que já se pergunta é onde termina o Amadeu Oliveira advogado de Arlindo Teixeira, que diz ter viajado sem usar qualquer prerrogativa de parlamentar, e onde começa o Amadeu deputado, eleito pela UCID, por São Vicente.

Oliveira e Teixeira deixaram Cabo Verde na madrugada de sábado, 24 de Junho, rumo a Lisboa, de avião e chegaram à França na madrugada de segunda-feira. Como conta Amadeu, os dois foram abordados pela polícia, no hotel, e submetidos a um demorado interrogatório. Esclarecida, a própria polícia francesa conduziu os dois à estação de comboio, de onde seguiram até Mosele, residência de Arlindo Teixeira (ver foto, na Página A2).

Leitura jurídica

Ordem de Advogados fala em “crime grave”

O bastonário da Ordem dos Advogados (OACV), Hernâni Soares, afirmou, em declarações à RCV, que a fuga de Arlindo Teixeira para França, na companhia do seu advogado Amadeu Oliveira, é “incompreensível” por se tratar de uma pessoa que estava em prisão domiciliária e por isso privada de sair do país.

Aquele responsável considera que há muito por explicar sobre este episódio, começando por questionar como é que uma pessoa em prisão domiciliária conseguiu sair do país num voo da TAP, visto que tinha que passar pelo check-in, que mostraria logo a impossibilidade do mesmo em sair do país, por estar impedido.

Teixeira e Oliveira, na óptica do presidente da OACV, cometeram um “crime grave”.

Por seu lado, o criminalista João Santos, também

em declarações à RCV, considera que se Oliveira terá pensado e ajudado a fuga de Arlindo Teixeira, “ele terá praticado um crime de auxílio à evasão, previsto e punido no nosso Código Penal”.

Na perspectiva desse analista, Amadeu Oliveira será cúmplice de Arlindo Teixeira, o que tornará difícil o seu regresso sem consequências pessoais, mesmo sendo deputado e titular de imunidade parlamentar.

“Estamos perante comportamentos que violam, de forma ostensiva, uma decisão judicial”, assegura.

“Hoje em dia, ninguém consegue fugir à justiça, esteja onde estiver”, avisou, por seu turno, o procurador-geral da República, José Luís Landim, salientando que Cabo Verde tem uma lei de cooperação internacional avançada, dando com isso a entender que o Estado poderá perseguir Arlindo Teixeira, mesmo no seu país de acolhimento, França.

Leitura política de uma evasão

UCID mantém confiança em Amadeu

Mesmo perante o episódio de alegado auxílio na fuga de Arlindo Teixeira, a UCID mantém confiança no seu deputado Amadeu Oliveira.

O líder do partido, António Monteiro, considera que Oliveira “agiu como advogado e não como deputado nacional e muito menos como representante da UCID”.

Monteiro também esclareceu que a UCID “não tem nenhuma responsabilidade” nas atitudes profissionais de Amadeu Oliveira, que,

sendo advogado, “tem o dever de sigilo profissional junto do seu constituinte”.

Ainda no campo político, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva disse esperar que “as responsabilidades sejam apuradas e que se determine exactamente, porque é que isto aconteceu e que os responsáveis sejam devidamente sancionados”.

Curiosamente, até ao fecho desta edição, apenas o PAICV não se tinha pronunciado sobre o caso Amadeu-Arlindo.

Um caso que se arrasta

O caso Arlindo Teixeira remonta a 31 de Julho de 2015 quando esse emigrante em França, de férias em Santo Antão, foi preso e acusado de assassínio de um outro cidadão, durante uma briga na via pública.

Depois, em 2016, o mesmo foi condenado a 11 anos cadeia, continuando, porém, em prisão preventiva a aguardar o desfecho do recurso ao Tribunal Constitucional.

Acórdão do Tribunal Constitucional

Desde então, volta e meia, o caso aparece na comunicação social por empenho do seu advogado, Amadeu Oliveira, para quem o processo está eivado de falcatruas cometidas pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Entre outros factos, Oliveira acusa o STJ de não cumprir o acórdão do Tribunal Constitucional, nº8/2018, que, alegadamente, manda soltar o seu cliente, ao reconhecer que o mesmo agiu em legítima defesa ao defender-se do seu atacante na referida briga em Santo Antão.

Note-se que neste processo, também por decisão do Tribunal Constitucional, o STJ foi obrigado a repetir o julgamento por este ter decorrido sem assistência do

público e do advogado de defesa de Teixeira, Amadeu Oliveira.

Repetição do julgamento e prisão domiciliária

O STJ repetiu o julgamento, estabelecendo a pena de nove anos, pena esta que só pode ser executada depois da decisão do Tribunal Constitucional sobre o pedido de amparo. E é aqui que entra a prisão domiciliária ordenada pelo STJ a partir de 16 de Junho de 2021.

Sob anonimato, uma fonte ligada ao processo lamenta que nesta celeuma apenas se fale de Arlindo Teixeira, esquecendo-se a vítima do homicídio, de 31 de julho de 2015, que terá deixado órfãos, em Santo Antão.

“Além disso, há toda uma manipulação por parte do Amadeu, que se aproveita da cobertura mediática, com um discurso populista, para desferir os seus ataques à Justiça, impunemente até aqui”. “Infelizmente”, prossegue o nosso interlocutor, “até hoje, mesmo diante de todo o barulho, o Tribunal Constitucional não se dignou a esclarecer a opinião pública da leitura abusiva e enviesada que o Amadeu faz do acórdão nº 18/2018.

Esse acórdão reporta-se a uma das fases preliminares do processo, em que esse tribunal admite que poderá ter havido a legítima defesa do arguido Arlindo Teixeira”.

Diante disso, segundo a mesma fonte, o que TC fez, na altura, foi decretar uma medida de coacção mais adequada ao caso de Teixeira.

“Ao contrário daquilo que diz o Amadeu, o Tribunal Constitucional não ordenou que o arguido Teixeira fosse colocado em liberdade, é por isso que ele estava em prisão domiciliar, até à fuga dele. Aliás, a fuga veio provar que, afinal, havia uma forte possibilidade de o mesmo ser retirado do país, para se furtar à justiça”.

Por isso, para acabar com a confusão, o interlocutor deste jornal entende que, “na linha daquilo que disse o procurador-geral da República, no sentido de cada uma das instituições visadas assumir as suas responsabilidades, cabe ao Tribunal Constitucional esclarecer também o que se passa”.

Entretanto, ao que tudo indica, quer o caso Arlindo Teixeira, quer o de Amadeu Oliveira, que responde na justiça por crimes de injúria, calúnia e difamação contra juízes do STJ, deverá fazer correr muito mais tinta.

NO PONTO

Amadeu de Oliveira

“Agi na defesa da Constituição e para salvar a vida de um cidadão injustamente condenado pelo Supremo”

Igual a si próprio, Amadeu Oliveira recusa ter violado a Constituição e o Estado de direito ao retirar do país o seu cliente Arlindo Teixeira, em prisão domiciliária, em São Vicente, no passado fim-de-semana. Oliveira, que recusa também o epíteto de fujão para si e para o seu cliente, conta estar de volta ao país ainda esta semana para responder pelos seus actos, salientando que não usou passaporte diplomático, sala VIP e nem qualquer outra prerrogativa enquanto deputado nacional.

José Vicente Lopes



Terça-feira, por volta das 20 horas de Cabo Verde, Amadeu de Oliveira entregava, como faz questão de realçar, Arlindo Teixeira aos seus familiares, em Moselle, França, depois de várias horas de um duro interrogatório feito pela Polícia desse país, em Paris. Para ele, tratava-se do cumprimento de uma promessa, feita anos atrás, ao pai do seu cliente falecido, entretanto.

Como contou ao A NAÇÃO, no fim do interrogatório, foram os próprios agentes da polícia a conduzir os dois cabo-verdianos à estação de comboio, metendo-os num VBG (comboio rápido) rumo a Famek, Moselle, região fronteira com o Luxemburgo, onde Teixeira domicílio e a família, que não via desde 2015, quando, de férias em Santo Antão, foi preso e condenado por um homicídio que diz ter sido em legítima defesa.

Como alega Oliveira, “vendo que o Supremo Tribunal não quer acatar uma decisão superior do Tribunal Constitucional, que ordena a soltura de Arlindo Teixeira, através do acordo Nº 8/2018, então, eu também não vou acatar deci-

são fraudulenta desse maldito e criminoso Supremo Tribunal”, assumiu ao A NAÇÃO, de forma enfática.

Passaporte ordinário

Nesta operação de fuga, com escala em Lisboa, seguida de viagem de carro para França, via Espanha, Amadeu Oliveira garante que viajou com passaporte ordinário, deitando por terra uma parte das especulações de que teria usado o passaporte diplomático, por ser deputado nacional.

“Eu nunca iria tirar proveito indevido do passaporte diplomático. Foi precisamente por isso que recusei tomar esse tipo de documento. Mas também não usei a sala VIP. Nunca invoquei a qualidade de deputado”, garante.

Como diz, foi o desespero e o receio de que Arlindo Teixeira se fosse suicidar, ao fim de todos estes anos de desgaste físico e emocional, que o levou a montar a evasão, nos termos já conhecidos do público.

Para ele, e como tem vindo a acusar, o STJ montou uma “fraude processual” contra aquele emigrante, decretando a sua prisão domiciliária,

“desobedecendo o Acórdão do Tribunal Constitucional Nº 8/2018 que mandou libertar Arlindo por ter ficado provado razões para crer que ele terá agido ao abrigo do seu Direito Fundamental de auto-defesa nos termos dos Artigos 18 e 19 da Constituição”.

Diante disso”, admite, “se o Supremo não quer acatar as decisões do Tribunal Constitucional, eu também não vou acatar as decisões do Supremo, em nome da Defesa do nosso Estado de Direito Democrático”.

E sobre o recurso a ex-fuzileiros para retirar Arlindo de Cabo Verde, Oliveira esclarece, a propósito, que não “contratou” ninguém para esse efeito. “Todos iriam colaborar, de forma gratuita, por se identificarem com esta causa, que não é só minha ou do meu cliente”, sublinha.

“Neste momento tenho dezenas de cabo-verdianos em França e Luxemburgo a enviarem todo o tipo de apoio, desde casa para ficar, carro com condutor, hotel, férias... editores a quererem publicar livros e tudo, mas eu não estou contratando ninguém nem estou a pagar tais apoios. Sequer vou

dormir em casa dos familiares de Arlindo Teixeira. Vou dormir sozinho numa pensão rasca, mas longe e sossegado”.

Protegido pela Constituição

Apesar de tudo, Amadeu Oliveira recusa que tenha violado a Constituição da República ou mesmo o estatuto de deputado, enquanto eleito pela UCID. “Eu não violei a Constituição. Pelo contrário, estou defendendo a Constituição como jurei fazer. Diante da situação em que o meu cliente se encontrava, diante dos problemas da justiça, como cidadão e como deputado, dei o corpo ao manifesto por uma melhor justiça em Cabo Verde”.

“Mas a Constituição dá cobertura a fuga do Arlindo?”, quisemos saber.

“Sim, dál”, foi a sua resposta. “Agi ao abrigo da Constituição, dos artigos 18 e 19, em conjugação com o Nº3 do Artigo 261º do Código Processo Penal, que estatui que nenhuma medida de coacção pessoal pode ser aplicada quando um Tribunal, como o Constitucional, declara que há razões para acreditar que o Arlindo agiu ao abrigo de

uma causa de exclusão de ilicitude ou de exclusão de culpa, como é o caso de legítima defesa ou de auto-defesa”, sublinha. “É só ler. Não é preciso ser jurista”.

Arlindo regressa em Outubro

Amadeu Oliveira garante, entretanto, que Arlindo Teixeira vai regressar a Cabo Verde, logo assim que se sentir recuperado dos “problemas físicos e psicológicos” de que padece, ao fim de todos estes anos de desgaste. “Ele vai ficar internado um ou dois meses, mas depois regressa. Este processo tem de ir até ao fim. Ele deve regressar em Outubro”.

Amadeu Oliveira reitera, outrossim, que está nesta luta por uma “boa justiça” e que o problema não é só ele ou o seu cliente. “A justiça em Cabo Verde não é célere nem competente, como está não serve a ninguém, é uma justiça caduca e pouco séria. Entendo que sim, que deve haver consequências em relação ao meu acto, mas não é meter Amadeu Oliveira na cadeia, e pronto, é que os problemas da justiça se resolvem”, conclui.

Você sabia que pode ler **A Nação** de qualquer lugar?

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Relatório da PANGEA-RISK

Pandemia favorece esquemas de lavagem de capitais



O relatório da PANGEA-RISK, referido pelo A NAÇÃO da semana passada, afirma que Cabo Verde “é cada vez mais um importante centro de tráfico humano e de armas com vínculos com o terrorismo internacional”.

Por também se encontrar na rota de transbordo da África Ocidental para o tráfico de drogas ilegais, “o país tem se tornado cada vez mais um centro de transbordo de cocaína originária da América Latina e destinada aos mercados europeu e norte-americano”.

Relatório da UNODC aponta ocorrências

O referido documento da PANGEA-RISK, empresa de inteligência especializada, compila várias

Cabo Verde está referenciado pela PANGEA-RISK como centro de tráfico humano e, igualmente, “armazém” de drogas. Com a pandemia, o país tornou-se, também num “mercado” de lavagem de dinheiro, envolvendo políticos, funcionários da justiça, polícias e a banca. Para o Governo cabo-verdiano, essa apreciação “não tem qualquer credibilidade” e visa, “claramente”, atingir a imagem externa de Cabo Verde.

Daniel Almeida

ocorrências, uma das quais o Relatório de 2016 do Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), segundo o qual Cabo Verde lidera a lista dos países da África Ocidental onde a maior quantidade de cocaína foi apreendida entre 2009 e 2014 - tanto no mar como em terra.

“A apreensão de cerca de 280 kg de cocaína em 2016 também lançou luz sobre a presença da máfia russa a operar em Cabo Verde”.

Aumento do consumo de cocaína em Cabo Verde

Em 2018, um relatório da Comissão Europeia constatou que a cocaína também era cada vez mais consumida em Cabo Verde e que o vício da cocaína está se tornando um problema crescente no arquipélago, enquanto as drogas estão cada vez mais associadas à violência e à criminalidade em Cabo Verde.

“Infelizmente, atualmente não há dados confiáveis sobre a escala da dependência de drogas ou o seu impacto no país. Em fevereiro de 2019, a polícia apreendeu 9,5 toneladas de cocaína numa outra apreensão de drogas. Mais uma vez, a apreensão de cocaína em 2019 envolveu sindicatos do crime organizado russo”, realça.

Contudo, conforme a mesma fonte, essas apreensões de drogas de alto perfil em 2019 e 2016 “não

indicam uma forte capacidade e intenção por parte das autoridades locais de repressão ao comércio de drogas”.

“Tanto as apreensões de 2016 quanto as de 2019 foram feitas devido a erros dos traficantes durante o processo de transbordo, que resultaram em descobertas acidentais de carga pela polícia local”, salienta.

Por outro lado, fontes locais citadas pela PANGEA-RISK afirmam que a aplicação da lei cabo-verdiana e outras instituições estatais, como o judiciário, foi “capturado” por sindicatos criminosos e que Cabo Verde é agora efetivamente outro narco-estado da África Ocidental, assim como estados sem lei e instáveis como Guiné-Bissau.

“Não houve apreensões de drogas notáveis desde 2019, o que

Lavagem de dinheiro em Cabo Verde

Bancos visados defendem-se

De entre as instituições financeiras visadas pela PANGEA-RISK no seu relatório sobre Cabo Verde consta o Banco Angolano de Investimentos (BAI), recentemente classificado como o maior banco comercial de Angola, que reforçou a sua participação no BAI Cabo Verde para 84 por cento.

Por sua vez, a subsidiária da estatal petrolífera angolana, a Sonangol Cabo Verde, detinha anteriormente uma participação de 16,3% no BAI Cabo Verde.

“O BAI é parcialmente propriedade do ex-CEO da Sonangol e ex-vice-presidente de Angola Manuel Vicente, através de uma empresa offshore chamada ABL, conforme citado num relatório do Senado dos Estados Unidos publicado em 2010. Vicente tem enfrentado investigações de corrupção e outras acusações em Portugal e outras jurisdições”.

Transações fraudulentas

“Fontes locais da função judiciária informam que tanto o BAI Cabo Verde como o maior banco do país, a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), estão a facilitar transações fraudulentas relacionadas com operações de branqueamento de capitais por estas organizações criminosas”, afirma da PANGEA-RISK.

O Governo de Cabo Verde tem uma participação maioritária na CECV desde 2019, “cujo motivo é, em parte, evitar o escrutínio das contas da CECV por parte de portugueses e outros estrangeiros.

Fortuna de Manuel Vicente

Fontes afirmam que o próprio Manuel Vicente mantém uma parte (estimada em 60 milhões de dólares) da sua fortuna em bancos cabo-verdianos, para evitar impostos e apreensões das suas contas bancárias”.

A PANGEA-RISK refere à ex-deputada portuguesa no Parlamento Europeu, Ana Gomes, para quem Cabo Verde é “absolutamente crucial” para fins de lavagem de dinheiro dos bancos angolanos.

Gomes tem especificamente caracterizado o Banco Privado Internacional (BPI) como uma instituição bancária opaca, na qual Manuel Vicente detinha uma participação de 35 por cento no BPI, de acordo com uma auditoria do Banco de Portugal. Entretanto, esta participação foi vendida a Mário Palhares, executivo do banco BAI, que passou a deter uma participação qualificada no BPI.

A NAÇÃO recorda que o BPI foi, até muito recentemente, um banco offshore a

operar em Cabo Verde. Entretanto, depois de vários processos de contraordenação instaurados pelo BCV, já foi liquidado.

Mário Palhares – praticamente seu proprietário –, que também é sócio maioritário e PCA da companhia aérea BestFly Angola, já comunicou que quer transformá-lo num banco onshore.

BAICV diz-se “totalmente cooperante”

Contactado por este jornal, Carlos Bessa Chaves, presidente da Comissão Executiva do BAI, afirma que o banco que dirige é “totalmente cooperante” com as autoridades de supervisão e regulação, nomeadamente, o BCV e a UIF, prestando contas através de relatórios periódicos da sua actividade em todos os domínios e sobre todos os riscos, incluindo comunicações de operações suspeitas em matéria de lavagem de capitais.

“O BAICV possui uma matriz de risco de classificação de clientes para efeitos de abertura e manutenção de contas e de monitorização de transações.

O BAICV mantém relações de correspondência bancárias, estáveis e de segurança, com vários bancos internacionais, nomeadamente na Europa, para o proces-

samento das suas operações financeiras internacionais e para a realização através destes bancos, de investimentos e aplicações financeiras, em mercados financeiros regulados segundo regras e práticas e produtos bancários regulados”.

Carlos Bessa Chaves garante, ainda, que o BAICV possui uma estrutura de governação societária “robusta”, que inclui no Conselho de Administração de administradores independentes, e fiscais independentes no Conselho Fiscal, e comissões de supervisão e controlo interno e de gestão de risco que são presididas por administradores independentes.

O BAICV, conforme o seu presidente, é um banco “comprometido” com as empresas e os cabo-verdianos, que conta com uma rede de 10 agências, 126 colaboradores e cerca de 39 mil clientes.

A Caixa Económica de Cabo Verde, através de um e-mail, garantiu, igualmente, que cumpre, e sempre cumpriu, com todas as disposições e leis aplicáveis à prevenção da lavagem de capital; que segue as melhores práticas bancárias internacionais nesta matéria e que nunca foi objecto de contraordenação, nem mesmo de advertência, nesta matéria, por parte das autoridades competentes.

DA

sugere que o UNODC e a União Europeia, que financiaram esforços para reprimir sobre o tráfico de drogas, têm sido ineficazes em Cabo Verde”.

Lavagem de dinheiro

“Cabo Verde é particularmente vulnerável à lavagem de dinheiro relacionada ao tráfico de drogas”, prossegue a mesma fonte.

“No entanto, uma grande variedade de grupos criminosos estão usando Cabo Verde com objetivos de lavagem de dinheiro, incluindo a máfia russa, cartéis de drogas latino-americanos e gangues de rua cabo-verdianas baseadas no nordeste dos EUA, notadamente em Boston”.

“Esses grupos criminosos compraram participações em propriedades, incluindo hotéis, imóveis e resorts para lavagem de dinheiro.

De acordo com uma avaliação de 2016, coordenada pela Unidade de Informação Financeira do país, os criminosos têm entrado em notários, imobiliárias e advogados de Cabo

Verde, bem como em muitas empresas locais e ONGs.

As nossas fontes também relatam que grupos criminosos frequentemente ameaçam funcionários públicos, particularmente investigadores antidrogas”, enfatiza.

Segundo o relatório, uma fonte do UNODC, que recentemente falou com a PANGEA-RISK, disse que grupos criminosos internacionais agora possuem participações importantes na maioria dos hotéis do país e negócios, e que as práticas de lavagem de dinheiro continuaram durante a pandemia, apesar da paralisação quase total do setor de turismo.

“Com base nestes relatórios de fontes, torna-se claro que o colapso efectivo do sistema formal de Cabo Verde cuja economia é baseada no turismo aumentou a dependência de sua economia informal, especialmente do tráfico de substâncias ilegais e práticas de lavagem de dinheiro associadas.

Grupos criminosos encontraram uma oportunidade em Cabo Verde para ‘capturar’ agentes da

lei, juízes e promotores, bem como altos funcionários do Governo no Ministério da Justiça”, afirma.

Autoridades reagem

A NAÇÃO contactou a diretora da UIF, para reagir às denúncias da PANGEA-RISK, mas Edelfride Almeida, disse apenas que desconhece o relatório.

O Governo considera, por seu lado, em comunicado, que o relatório da PANGEA-RISK “não tem qualquer credibilidade” e que visa, “claramente”, atingir a imagem externa de Cabo Verde, “por motivos que apenas a PANGEA-RISK poderá explicar”.

O executivo de Ulisses Correia e Silva reafirma a estabilidade política como sendo “um factor diferenciador de Cabo Verde, a robustez do seu Estado de Direito e a credibilidades das suas instituições, não se deixando impressionar ou pressionar por interesses particulares bem identificados”.

(Ver Cartas do Leitor, na página A15, com a reacção do Governo).

Economia cabo-verdiana em risco de colapso

As instituições do Estado “estão vulneráveis” à intimidação, extorsão e corrupção de elementos criminosos que incluem a máfia russa, cartéis de drogas latino-americanos e lavadores de dinheiro angolanos.

Esta é uma das constatações da PANGEA-RISK, que considera que essas ameaças advêm do facto de Cabo Verde estar sem perspectivas de recuperação económica, depois de ter sofrido, no ano passado, uma das mais profundas contrações económicas anuais em África e ter o terceiro maior peso da dívida pública bruta em relação à sua produção económica.

“A realidade no terreno, portanto, não corresponde às classificações favoráveis

do país nos índices globais”, realça o relatório que considera que a estabilidade política e legitimidade judicial do país está sob crescente ameaça.

Sem a rápida reposição dos fluxos de receitas, que caíram em 2020 por causa da forte desaceleração comercial nos sectores de turismo e transporte, “a economia cabo-verdiana corre o risco de colapso”, alerta a PANGEA-RISK que reconhece, no entanto, que a pandemia da covid-19 “perturbou a indústria do turismo e colocou a economia do arquipélago numa profunda recessão económica no ano passado, revertendo vários anos de crescimento económico”.

DA

Covid-19

Vacinação alargada para maiores de 18 anos

“Temos de vacinar rapidamente a população. Isto é um assunto muito sério e pensamos que as pessoas devem, também, tratar isto com a seriedade com que estamos a tratar”, exortou, na segunda-feira, o director nacional da saúde, Jorge Noel Barreto.

Com a medida ora adoptada, segundo disse, torna-se fundamental que as pessoas adiram à vacinação, para que o país possa atingir os objectivos preconizados, que é de vacinar 70% da população adulta com a primeira dose de vacina até meados de Agosto.

Jorge Barreto recomenda ainda a utilização do formulário online, disponível no sítio covid19.cv, de modo a evitar a sobrecarga da linha telefónica, ou ainda contactar os centros de saúde da respectiva área de residência.

O DNS congratula-se, en-

A idade de vacinação no país foi alargada para maiores de 18 anos, como forma de atingir o mais cedo possível a imunização completa da população adulta. A medida vai ao encontro das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), como forma de precaver o alastramento de variantes do vírus no mundo inteiro.

Natalina Andrade

tretanto, com a boa adesão de pessoas à vacinação, mas salvaguarda, com alguma preocupação, a recusa de outras tantas em serem vacinadas com o imunizante da AstraZeneca.

“Esta é uma questão que deixou de ser de cunho individual, para passar a ser do cunho público”, sublinhou, explicando que uma pessoa que não aceita a vacina deixa de proteger a si e aos outros, dificultando ainda que a meta de vacinação traça-

da seja atingida.

Sal e Santiago Norte e extremos opostos

A ilha do Sal está a liderar o processo de vacinação no país, com 46% da população adulta vacinada com a primeira dose, seguida de São Vicente (26%), Boa Vista (23%) e Praia (15,6%), pelo menos até segunda-feira.

Entre os concelhos que mais vacinaram a população adulta estão ainda Ribeira Brava (41%),

Tarafal de São Nicolau (39%), Paul (33%) e Brava (30%).

Entretanto, no sentido oposto surge a região de Santiago Norte, onde as taxas de vacinação são ainda “muito baixas”. Tarrafal (6%), São Miguel (7%), Santa Catarina (7,5%), São Salvador do Mundo (8,3%) e Santa Cruz (10,8%).

São Lourenço dos Órgãos é exceção nesta região da ilha de Santiago, com uma taxa de vacinação de 22%.

Neste sentido, Jorge Barre-

to apelou que a população de Santiago Norte para que adira à vacinação, para não ficar desprotegida, pois “há vacinas disponíveis”.

Até a segunda-feira, o país contabilizava mais de 76 mil vacinados, correspondente a 20,6% da população adulta com a primeira dose, e mais de seis mil com a segunda dose, o que representa 1,6% da população elegível.

No tocante à terceira idade, cerca de 30 mil pessoas estão vacinadas, o que equivale a cerca de 60% do previsto.

Hospitais com taxa de internamento de 12%

A taxa de ocupação hospitalar por causa da covid-19 em Cabo Verde está em 12%, menos dois pontos em relação ao período anterior às últimas duas semanas.

Até segunda-feira estavam internadas quatro pessoas no Hospital Santa Rita Vieira, que cobre Santiago Norte, uma das quais em situação grave.

Em São Vicente, três internados, todos em situação estável, dois em São Filipe, no Fogo, uma das quais considerada grave, e duas em Ribeira Grande de Santo Antão, sem gravidade.

Últimos dados

Cabo Verde acumulava, até ao fecho desta edição, um total de 32.457 casos registados desde a chegada da pandemia, em Março de 2020.

Deste número, estão activos 587 casos, foram consideradas recuperadas 31.565 pessoas, 268 morreram na sequência da infecção, 10 pacientes faleceram por outras causas e nove foram transferidos.

Esta terça-feira o país registou mais 58 casos positivos da covid-19, encontrados através da análise de 968 amostras, com uma taxa de positividade de 6%.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Agricultura de regadio

São Miguel e São Lourenço dos Órgãos enfrentam o drama da falta de água



Fernando da Veiga

Devido à seca persistente, são muitos os agricultores que têm optado pela redução do cultivo das suas parcelas agrícolas, com consequências nos seus rendimentos. José Júlio Correia, natural de São Miguel, e Fernando da Veiga, de São Lourenço dos Órgãos, são dois homens do campo que, paralelamente à falta da água, reclamam mais atenção dos responsáveis do sector para os problemas da agricultura.

Anícia Veiga

A pesar de ter chovido um pouco no ano transacto, ao contrário dos três anos anteriores, o nível dos lençóis freáticos em boa parte do interior de Santiago continua baixo, pelo que a sustentabilidade da agricultura de regadio ainda continua ameaçada.

Fernando Garcia da Veiga, mais conhecido por Pina, pratica agricultura desde a “meninice”, uma vez que era o negócio da

família, mas, como faz questão de recordar, se apegou com mais afinco ao sector a partir de 1985 devido à morte do pai.

Hoje, com vasta experiência na agricultura e produção de aguardente, Pina diz que actualmente cultiva apenas 5 a 10% da sua parcela de terreno devido à falta de água.

“Por causa dos três anos de falta da chuva, e apesar de no ano passado ter chovido um pouco,

mesmo assim, houve uma descida drástica de todos os furos na região de Órgãos”, diz Pina, sublinhando que isso afecta toda a prática agrícola na região.

Falta de assistência técnica aos agricultores

José Júlio Correia também partilha das preocupações do seu colega quanto à falta de água, mas reclama igualmente da “falta de

assistência técnica aos agricultores”, como duas das grandes dificuldades por que passa a produção de regadio em São Miguel.

Essa falta de assistência técnica, como aponta, reflecte-se no combate a pragas como a mosca branca que ataca todo tipo de cultivo, dificultando ainda mais a vida dos agricultores do interior de Santiago.

Correia considera, como essencial, um acompanhamento téc-

nico mais presente aos agricultores, especialmente no período da plantação, para os instruir sobre os cultivos mais adequados para cada período do ano e qual a quantidade certa de pesticida a ser usada.

“Infelizmente, os técnicos do Ministério da Agricultura estão longe dos agricultores”, afirma, no que aproveita também para dizer que, também da parte dos agricultores, estes “estão numa onda



José Júlio Correia

muita individualista”, com cada um a cuidar dos seus próprios interesses, numa espécie de salve-se quem puder.

Normalmente, como explica aquele lavrador, por esta altura do ano, com o aumento da temperatura, surgem as pragas, neste caso, as moscas brancas.

“Para combater esta praga recorro ao uso de pesticidas, o que por si só acarreta mais custos, além da falta de água. Muitas vezes tenho de recorrer aos autotanques para regar os meus cultivos. Do jeito que a vida está, fazer a agricultura não é nada fácil”, garante.

Falta de eficiência do Plano de mitigação do Governo

Entretanto, tendo em conta os anos de seca, o Governo colocou em prática um programa para mitigar os efeitos do mau ano agrícola, designadamente através da prestação de assistência às famílias que vivem do sector.

José Júlio Correia congratula-se com a iniciativa do Governo mas considera que o programa não foi eficiente, uma vez que nem todos os agricultores foram contemplados. Por isso, defende, “é preciso reformar o programa para que possa chegar a todos os agricultores e de forma contínua”.

Para este cidadão, a agricultura continua a ser “a base fundamental” daqueles que vivem no campo, e que com uma boa política “o povo só tem a ganhar”. Além disso, também não tem dúvidas de que a agricultura, “é um sector primordial para o desenvolvimento, tanto a nível local como nacional”.

Deste modo, entende como

essencial fazer com que o homem do campo tenha condições para produzir, garantir a sustentabilidade e o sustento dos seus familiares.

Para este cidadão, a grande falta de interesse dos jovens pela agricultura deve-se, em parte, à falta de incentivos por parte das autoridades.

“É preciso atrair mais jovens para a agricultura”, defende.

Sinais positivos para São Lourenço dos Órgãos

Mais optimista, Fernando da Veiga diz estar confiante de que o problema da falta de água para a rega no município dos Órgãos esteja com os dias contados.

Isto porque a água para o consumo da população vai passar a vir da cidade da Praia e os “quatro furos existentes no município fornecerão água apenas para a rega”.

A quantidade de água produzida pelos furos é, no entanto, bastante baixa, cerca de 25 a 30 toneladas diárias, mas Pina admite que é possível geri-la a ponto de se conseguir alguma mudança uma vez que os agricultores apenas estão a utilizar a rega gota-gota.

Aposta na desalinização

Com mais de 40 anos de trabalho neste sector, Pina diz que foi da terra que retirou os meios de educar e formar os filhos e manter o estilo de vida que leva hoje. Mesmo assim, há mudanças que considera que devem ser feitas para melhorar o sector e a vida daqueles que trabalham no campo, num país que tem o abastecimento alimentar como um dos seus desafios.

Tanto Pina quanto Correia, entendem que é primordial que se aposte na dessalinização de água, uma vez que “se tivermos água garantimos uma boa produção”.

Funcionamento do centro de tratamento e conservação

Pina entende que o centro de transformação e conservação de produtos, já criado, deve passar a funcionar.

“Há momentos que temos excedentes de produção que se estragam e tempos depois não existe esse mesmo produto no mercado. Com um centro de tratamento e conservação a funcionar este tipo de problema poderia ser resolvido”, defende.

Um outro desafio é o dos transportes para o escoamento dos produtos entre as ilhas. E, acima de tudo, “é também importante que haja a responsabilização dos sectores responsáveis pelos seus incumprimentos”, e explica:

“Às vezes temos produtos para escoar para outras ilhas, e, depois de pagar todas as encargos com o transporte, acabam por não ir, ficam a estragar sem que ninguém se responsabilize por isso. É por isso mesmo que defendo um sistema de seguro para a agricultura, pois, desta forma, poderíamos chamar os responsáveis para o cumprimento dos seus deveres”.

Para este cidadão, devido à falta de responsabilização, problemas que poderiam ser resolvidos em questão de horas, ou dias, acabam por se arrastar por tempo indeterminado.

“Pela sua importância, é tempo de todos passarmos a ver a agricultura com mais atenção”, conclui.

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidadela - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

Jovem acusa INE de violar seus direitos e falta de transparência no recrutamento

Licenciado em Economia e Gestão, Danizio Moraes fazia parte do grupo de 16 elementos seleccionados pelo INE para formação de Formadores/Supervisores em representação da Ilha de São Vicente, no V Recenseamento Geral da População e Habitação 2021.

Conforme conta também, depois de 15 dias de preparação intensiva na cidade da Praia, a coordenadora do Censo 2021 e a nomeada da cidade da Praia para ser supervisora em São Vicente não permitiram que ele, Danizio, assinasse o contrato de prestação de serviço. O motivo? Deixa a entender que não sabe ao certo.

Sem saber porquê foi dispensado

“Foi uma grande surpresa para mim não me terem deixado assinar o contrato exactamente no último dia de formação, ainda mais com essa justificação, que nem de longe é credível e sem a apresentação de qualquer documento oficial”, lamenta o jovem, acrescentando que até agora não sabe o real motivo, só “que agiram de forma injusta, violaram os meus direitos e não foram transparentes”.

Segundo Danizio, quando saiu de São Vicente para a formação na Praia, em nenhum momento lhe foi dito que alguém poderia ser eliminado no final da formação, ainda mais, porque não houve nenhuma avaliação, pelo que considera extremamente grave a situação por que passou.

Silêncio do INE

“Entrei em contacto, várias vezes, com a administração do

Danizio Moraes, 29 anos, conta que foi seleccionado para receber formação para ser um dos formadores/supervisores do Censo 2021, em São Vicente, mas no último dia do curso foi dispensado, sem “justificativa plausível”, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Acusa por isso a instituição de desrespeito e violação clara dos seus direitos.

Crisilene Brito



Danizio Moraes

INE e disseram-me que não tinham conhecimento sobre nada, o que me deixa ainda mais perplexo e revoltado. Até enviei uma carta para a secretaria da instituição para que fosse reencaminhada para o presidente do INE, mas ainda

não obtive nenhuma resposta, um mês e meio depois”, conta o jovem.

A formação começou a 27 de Abril e terminou a 13 de Maio, na Cidade da Praia, sendo que o próprio censo terminou, ontem, 30 de Junho.

Danizio Moraes diz que desde então tem vindo a tentar contactar os responsáveis com o intuito de obter alguma justificativa, mas sem sucesso, daí a sua decisão de expor o seu caso ao A NAÇÃO para ver se consegue explicações.

O jovem diz que se sente injustiçado e, por isso, apela a quem de direito que o seu caso seja investigado e que os seus direitos sejam salvaguardados, porquanto “sempre mostrei disponível, cumpri todas as obrigações e sempre fui activo e participativo no decorrer de toda a formação”.

A NAÇÃO tentou contactar o INE sobre esta questão, sem sucesso também.

V Recenseamento Geral da População e Habitação

Iniciado a 16 de Junho, o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2021), em todo o território nacional, terminou ontem, 30 de Junho.

De acordo com o INE, no terreno estiveram 1.625 agentes, para recolher dados sobre a população residente, assim como georeferenciar e caracterizar todos os edifícios, alojamentos e agregados familiares existentes no país.

Os censos populacionais acontecem de 10 em 10 anos. Esta operação, que conta com o apoio financeiro de vários parceiros de Cabo Verde, deveria ter lugar no ano passado, mas, por causa da covid-19, a mesma teve que ser adiada para 2021.

Graças às novas tecnologias utilizadas, o INE acredita que brevemente os números provisórios do censo estarão divulgados.

No último censo, efectuado em 2010, a população residente em Cabo Verde ficou fixada em 491.875 pessoas, além de 114.469 edifícios e 141.761 alojamentos. Estima-se que neste momento a população cabo-verdiana esteja à volta dos 600 mil indivíduos.

Porto Novo, Santo Antão

Jovens no combate às alterações climáticas

As alterações climáticas, vividas no mundo, têm motivado manifestações e movimentos pelo mundo todo.

No Porto Novo, o projecto “Juventude e Mudanças Climáticas” propõe uma educação ambiental da população focada nos mais jovens.

A iniciativa é promovida pela associação e banda de música Young Talent que, para além dos seus integrantes, tem alargado as actividades de protecção ambiental a todos aqueles que queiram participar nas iniciativas que englobam campanhas de limpeza e de sensibilização, promoção de concursos, formações, fóruns e lançamento de músicas com temática ambiental.

Contudo, há um diferencial: os jovens são protagonistas dos seus tempos, seguindo passos de activistas conhecidos internacionalmente, como Greta Thunberg. Apesar da ousadia ser diminuta, se comparada com a força dos movimentos internacionais, a ideia e força em fazer a diferença é a mesma.

Embaixadores do clima

Leo Rocha, 19 anos, é um dos integrantes do projecto. Para este jovem, o futuro do ambiente está nas nossas mãos e apela aos jovens a iniciarem a mudança que se espera e que querem que aconteça com o ambiente.

“Queremos criar uma corrente para diminuir os efeitos das alterações climáticas. Se nós os jovens não nos engajarmos para reduzir o uso do plástico, materiais poluentes e sensibilizar a população, o ambiente começa a sofrer danos e não será o mesmo dantes, aliás como já tem acontecido”, diz ao A NAÇÃO.

Para este activista do clima, o ser humano tem sido o “maior problema ambiental” porque, segundo diz, polui sem conta e sem se preocupar com os efei-



O projecto “Juventude e Mudanças Climáticas”, da associação Young Talent, tem-se destacado por dar voz e vez aos jovens na “corrida contra o tempo” a favor do clima. No Porto Novo, ilha de Santo Antão, são já vários os jovens que se levantam a favor da consciencialização ambiental.

Ricénio Lima

tos no ambiente.

“Como se não bastasse, o homem gosta de fingir que está preocupado com os efeitos das mudanças climáticas. São realizados eventos internacionais para o clima que ficam só no papel e não se vislumbram acções ou soluções”, critica.

Música a favor do ambiente

E para que suas palavras também não fiquem pelo dito, Leonardo tem feito a sua parte na luta a favor do clima. Além das campanhas de limpezas e formações, tem, juntamente com os integrantes da banda Young Talent, sensibilizado a população através da música.

Aliás, a música tem um papel importante neste projecto

de educação ambiental em que, através de letras com mensagens ambientais, tentam incutir na população hábitos ambientais saudáveis.

“Quando as pessoas ouvem as músicas, já é um passo para iniciar a protecção do ambiente com pequenos actos como colocar o lixo no contentor, fechar as torneiras, apagar as luzes etc.”, elenca o jovem cantor Leo Rocha.

Por sua vez, Anailda Évora, cantora e também integrante da iniciativa, sente-se gratificada por ajudar o ambiente através daquilo que ela e o grupo mais gostam, a música.

Para já, a banda já tem no mercado algumas músicas ambientais e está a preparar um álbum “Agenda 2030” sobre os Objetivos do Desenvolvi-

mento Sustentável, em que para além de músicas ambientais, constam também letras sobre a igualdade de género.

O sonho de actuar na sede das Nações Unidas

Estes jovens esperam não só ajudar o ambiente em Santo Antão, mas levar este projecto de educação ambiental para o mundo.

Tanto assim é que sonham apresentar o projecto em outros países e palcos como da União Europeia, CEDEAO e actuar na sede das Nações Unidas para ajudar a conscienciar o mundo sobre a emergência climática.

Teodoro Graça, presidente dos Young Talent e mentor do projecto ambiental “Juventude e Mu-

danças Climáticas”, entende ser necessário colocar os jovens no centro da preocupação e no combate às alterações climáticas por serem “peças chaves” no combate a problemas ambientais.

“Não podemos estar a dizer que temos de proteger o planeta para os jovens, mas sim o contrário, ou seja, temos de preparar os jovens para que sejam amigos do ambiente. Os jovens têm sempre uma palavra a dizer. Os jovens são revolucionários e têm o poder de mudança, de ajudar e influenciar a mudar a mentalidade das pessoas mais adultas”, considera.

A aposta na educação ambiental de jovens tem sido pauta para que a acção humana seja de protecção e não de destruição e para que todas as pessoas se tornem embaixadores do clima.



DESPORTO



Basquetebol

Sénior feminino vai ao Afrobasket 2021

A selecção nacional de basquetebol sénior feminina garantiu a sua segunda presença consecutiva no Afrobasket, após vencer a Guiné-Conacri por 68-59, em jogo a contar para a segunda mão da eliminatória da Zona 2, que se realizou no último domingo (27).

Depois de ter perdido por apenas um ponto de diferença (65-64), no primeiro jogo da eliminatória realizada no passado sábado, a selecção nacional feminina colocou a eliminatória a seu favor, tendo vencido na segunda mão, as guineenses, em Conacri, por 68-59.

Com a vitória, Cabo Ver-

de garantiu o apuramento da Zona 2 do AfroBasket Sénior Feminino 2021, prova que, de acordo com a Fiba-África, realiza-se em setembro próximo nos Camarões.

Para o técnico António “Zola” Moreira, a inteligência das jogadoras nacionais sobrepôs-se ao maior poderio físico das atletas guineenses. “Não tivemos a vantagem de altura, de peso e nem de competições acumuladas. A nossa única vantagem foi a inteligência (...) Em 24 horas estudamos as nossas adversárias para corrigirmos aquilo que fizemos de errado no primeiro jogo e melhorar o que fizemos bem”, destacou Zola.

Cabo Verde qualifica-se, assim, pela segunda vez consecutiva para o Afrobasket, competição que está marcada para setembro, nos Camarões. António “Zola” Moreira, o técnico principal teve como adjunto os treinadores Maria da Costa “Bety” e Edmilson Abreu.

Fizeram parte da convocatória para a deslocação a Conacri as atletas Jade Leitão, Indira Évora, Analeesia Fernandes, Joseana Vaz, Arlia Almeida, Monalisa Mendes, Allexia Barros, Juvelina Bento, Yasmine Santos, Aylin Pires, Ornela Livramento e Maria “Tchunas” Correia.

A NAÇÃO c/ RCV



Basquetebol

Edy Tavares reforça selecção frente ao Uganda

O basquetebolista internacional cabo-verdiano Edy Walter Tavares vai reforçar a selecção cabo-verdiana de basquetebol que se concentra, já este sábado (3), no Tarrafal (Santiago) para o jogo com o Uganda.

O basquetebolista de 29 anos e 2,21 metros e que tem marcado a diferença na Liga Endesa (Liga Espanhola) e a EuroLiga, segundo a Inforpress, já se encontra na ilha do Maio, sua terra natal, para umas mini-férias, para logo de seguida integrar o estágio da selecção de Cabo Verde, cuja primeira fase arranca a 3 de Julho, no pavilhão desportivo do Tarrafal de Santiago.

O seleccionador Emanuel “Mané” Trovoada já garantiu a presença desta estrela cabo-verdiana no próximo compromisso da selecção nacional, depois de uma longa ausência, face a compromissos com o Real Madrid e na Liga NBA (EUA), onde competia antes de regressar a Espanha.

Assim como Edy Tavares, também já se encontram no país internacionais como o capitão Fidel Mendonça, que está a jogar em Portugal, e Joel Almeida, que milita na equipa do BC Kutaisi 2010, do principal escalão da Liga da Geórgia.

A selecção de Cabo Verde defronta, inicialmente, a 15 de

Julho a congénere do Uganda, no Pavilhão Desportivo Vavá Duarte, na Praia, em jogo de atraso referente à segunda fase de qualificação do Grupo E, para o Afrobasket’2021.

Esta posição da FIBA-África já foi oficializada junto da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, como alternativa encontrada para ultrapassar os impasses criados em Fevereiro, na Tunísia, durante a fase de qualificação, em que o combinado ugandense foi apanhado por um surto da covid-19.

Este desafio fica, entretanto, condicionado ao resultado de um primeiro jogo entre Marrocos e Uganda, calendarizado para 8 de Julho, pois que, em caso de vitória da selecção do Uganda, o combinado crioulo qualifica-se automaticamente, sem jogar.

Já em caso de vitória da equipa nacional de Marrocos, no solo marroquino, Cabo Verde terá, obrigatoriamente, de jogar a 15 de Julho, na capital cabo-verdiana e vencer os ugandeses por mais de três pontos em partida de encerramento da segunda fase do Grupo E de qualificação para ao Afrobasket.

Nesta poule, o Egipto é a única selecção nacional já qualificada para o Afrobasket, pelo que restam duas vagas para três candidatos.

A NAÇÃO c/ Inforpress

Vólei de Praia

Cabo Verde falha qualificação para Tóquio 2020

As duplas cabo-verdianas falharam o apuramento africano para os Jogos Olímpicos de Tóquio’2020 na modalidade de vólei de praia, ao terminarem a Copa Continental da modalidade na sétima posição.

Nos últimos jogos, disputados no passado sábado (26), Cabo Verde venceu o primeiro frente a dupla da Gâmbia, em partida para a atribuição do sétimo lugar, por 1-2, pelos parciais de 14-21, 21-18 e 6-15, enquanto que no segundo jogo, o combinado crioulo perdeu por 2-0, pelos parciais de 21-19 e 21-16.

Cabo Verde terminou a prova na sétima posição e Gâmbia no oitavo posto, segundo informações da Confederação Africana da modalidade.

A prova feminina foi conquistada pelo

Quénia, medalha de ouro, sendo que a medalha de prata foi alcançada pela Nigéria, ao passo que Marrocos ficou com a medalha de bronze.

Egipto ficou em quarto lugar, Moçambique no quinto posto, enquanto Ruanda classificou-se no sexto lugar da tabela classificativa.

As irmãs Janice e Ludmila Varela constituíram uma dupla cabo-verdiana nesta prova realizada no solo marroquino, ao passo que Marly e Zina formaram a segunda dupla crioula neste evento continental.

A copa continental de voleibol de praia foi realizada de 22 a 25 deste mês, em Agadir, (Marrocos) e foi qualificável para os Jogos Olímpicos de Tóquio’2020.

A NAÇÃO c/ Inforpress



Direito de Resposta

Cabo Verde é reconhecido no mundo pela robustez do seu Estado de Direito e credibilidade das suas Instituições

Em virtude da notícia publicada pelo Vosso Jornal, na edição nº 721, de 24 de junho, com o título "Cabo Verde exposto ao crime organizado e lavagem de capitais", que reproduz uma reportagem da Pangea-Risk cheia de especulações e de inverdades relativas a alegados riscos de exposição de Cabo Verde e das suas instituições políticas e judiciais ao crime organizado e à lavagem de capitais proporcionados pela crise da pandemia da COVID 19, vem o Governo, no uso do Direito de Resposta, esclarecer o seguinte:

1. A pandemia da COVID-19 é uma crise de saúde pública que atingiu e que aflige o mundo inteiro, não havendo um único país que não tenha sofrido as suas consequências. A luta contra a COVID-19 em Cabo Verde tem sido uma luta de todos, dos cidadãos, das instituições públicas e privadas, dos poderes públicos e dos órgãos de soberania, que juntos têm abraçado este importante combate pela saúde e pela vida.

2. A crise da COVID-19 afeta todos os países, tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista social, o que por si só não pode ser interpretado como sen-

do um risco automático acrescido que Cabo Verde e as suas instituições correm face ao crime organizado e à corrupção. Esta ligação é já por si abusiva e infundada.

3. Cabo Verde e as suas instituições gozam de prestígio internacional, reconhecido por inúmeras entidades credíveis. As sucessivas classificações favoráveis ao arquipélago e os índices globais de cotação das diferentes instituições nacionais continuam a ser bastante positivos, sendo reconhecida e elogiada a forma como o país tem lidado com a pandemia e seus efeitos.

4. Cabo Verde, ao longo dos anos, tem sabido enfrentar os riscos decorrentes da criminalidade organizada e da lavagem de capitais, possui instituições idóneas, fortes e reputadas, que através de parcerias com diferentes países no plano bilateral e com instituições internacionais como o MAOC e a INTERPOL no plano multilateral, têm dado um bom combate a esses fenómenos no passado e no presente.

5. O esforço de retoma económica, que não é exclusivo do nosso país, traduz-se em medidas

de política para a recuperação dos empregos e rendimentos, a recuperação das empresas, a proteção das famílias e a redução da pobreza. Sendo estas as vulnerabilidades normais e comuns aos países atingidos pela crise mundial, não traduzem de modo algum uma maior exposição ao crime organizado, fenómeno que o país se tem empenhado em reprimir com bastante eficácia.

Face à reportagem sem qualquer credibilidade, produzida pela Pangea-Risk, que visa claramente atingir a imagem externa de Cabo Verde por motivos que apenas a Pangea-Risk poderá explicar, o Governo reafirma a estabilidade política do país como sendo um fator diferenciador de Cabo Verde no mundo, a robustez do seu Estado de Direito e a credibilidade das suas instituições, não se deixando impressionar ou pressionar por interesses particulares, bem identificados.

Com os meus melhores cumprimentos.

Awa Jorge Boal

--Marketeer--

Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo

6 | A Nação | Nº 721 | 24 de Junho de 2021

POLÍTICA

Relatório da PANGEA-RISK

Cabo Verde exposto ao crime organizado e lavagem de capitais

A pandemia da covid-19 corroe as instituições políticas e judiciais de Cabo Verde e deixou país exposto ao crime organizado e ao branqueamento de capitais. Esta é uma das conclusões da PANGEA-RISK, serviço de inteligência especializada que fornece análises e previsões sobre riscos políticos, de segurança e económicos na África e no Oriente Médio.

Morte lenta da UIF

Entretanto, a apreciação da PANGEA-RISK sobre Cabo Verde parece vir ao encontro da ideia instalada de um certo descaço das autoridades cabo-verdianas no que toca à prevenção de lavagem de capitais e outras formas de crime organizado. Um exemplo disso são os sinais de alegado enfraquecimento da Unidade de Informação Financeira (UIF), criada em 2008 e que tem vindo a perder alguns dos seus elementos.

"Nos dias de hoje a UIF é um mero torso presente", o que é motivo de grande preocupação tendo em conta o seu papel crucial e insubstituível na luta contra o flagelo da lavagem de capitais e financiamento do terrorismo", confidenciou uma fonte deste jornal tempos atrás.

Esta considera, ainda, que a "morte lenta" da UIF, nos últimos anos, tem tido impacto direto na investigação de crimes de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo em Cabo Verde.

Além disso, há já algum tempo que este arquipélago não faz qualquer operação de larga escala contra o tráfico de droga, facto este notado pelo jornal Expresso (Portugal), no ano passado. Segundo este semanário, que cita um fonte policial cabo-verdiana, desde Agosto de 2019, que Cabo Verde deixou de dar cumprimento às informações transmitidas pelos investigadores do MAOC (bigia inglesa do Centro de Análises de Operações Marítimas).

Embora o sistema político de Cabo Verde já tenha alcançado elogios de Mo Ibrahim, as instituições do país estão cada vez mais em risco de serem sequestradas pelo tráfico organizado de drogas, lavagem de dinheiro e outras atividades do crime organizado", realça a mesma fonte.

Aquela organização lembra que Cabo Verde sofreu uma das mais profundas contrações económicas em África no ano passado e atualmente tem o terceiro maior peso da dívida pública bruta em proporção da sua produção económica.

"Sem perspectivas de recuperação económica, as instituições locais do Estado estão sem financiamento e vulneráveis à intimidação, extorsão e corrupção de elementos criminosos que incluem a máfia russa, cartéis de drogas latino-americanos e lavadores de dinheiro angolanos. A realidade no terreno, portanto, não corresponde às classificações favoráveis do país nos índices globais".

A PANGEA-RISK aprofunda-se um pouco mais nas causas do risco político em Cabo Verde e avalia que a estabilidade política e a legitimidade judicial do país estão cada vez mais ameaçadas.

A PANGEA-RISK é um serviço de inteligência especializada que fornece análises e previsões sobre riscos políticos, de segurança e económicos na África e no Oriente Médio. Foi fundado em 2015 como EXX Africa, rebatizada como PANGEA-RISK em 2020, e, desde então, tornou-se uma empresa de consultoria e assessoria de risco liderada por uma ampla rede de clientes que vão desde bancos, comerciantes, empresas e seguradoras a governos, contra-terrorismo e forças militares em todo o mundo.

Pelo ajustado da hora, não

Daniel Almeida



PUB




Marcando a diferença desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornal.anacao.cv@gmail.com
www.anacao.cv



José Valdemiro Lopes

Comunicação digital ou Ciberdiplomacia para servir Cabo Verde

Se as produções Culturais Cabo-Verdianas alcançaram um público global, no biénio atípico 2020-2021, época em que todo mudou, com o surgimento da pandemia Covid-19, o sucesso na promoção da caboverdianidade aconteceu, graças ao impacto das redes e mídias sociais: concertos, workshops, conferências, apresentações lives, mudaram a maneira como nos relacionamos, com o público, com as instituições e organizações estatais, municipais e internacionais. Em Cabo Verde, as ilhas ficaram mais pertos umas das outras e podemos afirmar sem reservas que a utilização dessas plataformas digitais serviram para atingir públicos mais amplos, favorecendo como verificou-se em casos pontuais a realização e cumprimento de objetivos diplomáticos, com segurança e confidencialidade graças à transparência de que goza a internet conferindo, à diplomacia a transparência e a responsabilidade que a governança e a sociedade tanto exigem...

Em Cabo Verde, as redes sociais estabeleceram-se como um dos eixos da ciberdiplomacia para servir os caboverdianos no país e no exterior, levar a atividade diplomática e administrativa aos cidadãos na diáspora e aumentar o conhecimento do mundo exterior para o nosso país e cultura. (balções únicos, formulários, conferências...concertos e etc.)

Como afirmamos já várias vezes, a comunicação digital já é uma parte inerente ao trabalho diplomático e neste quadro as redes sociais são o instrumento de maior imediatismo

e relevância. São também uma alavanca decisiva nas áreas da diplomacia pública e devem ser utilizadas na luta contra a desinformação e as notícias falsas (fakenews). Cabo Verde tem a oportunidade e dever de criar todas as condições para que a diplomacia digital penetre profundamente no DNA diplomático e administrativo vencendo os constrangimentos geográficos como nação arquipelágica ainda muito centralizada. Os ministérios podem entender a aceleração tecnológica como uma oportunidade para uma adaptação pró-ativa, baseada no ecossistema e focada na rede. Se, por outro lado, a digitalização não consegue conter o contágio emocional, o determinismo algorítmico e a entropia estratégica, é muito provável que os ministérios desacelerem seus esforços para integrar as tecnologias digitais em suas atividades.

Evidenciamos duas correntes de pensamento sobre a diplomacia digital: 1- Podemos afirmar que se trata de uma nova ferramenta na condução da Diplomacia Pública, entendida como aquela dirigida à opinião pública, ao mundo empresarial e à sociedade civil em geral, com o objetivo de projetar valores e assumir uma posição além fronteiras do Estado atingindo a diáspora cabo-verdiana e outras nações e parceiros. 2- Com a actual crise pandémica e com a globalização, a diplomacia pública evoluiu e é agora que o que vivemos no quotidiano evitando contacto presencial, tanto no parlamento e entre o Estado de Cabo Verde e as

Instituições Internacionais multilaterais, culturais, governativas, etc. Adoptando novas praticas administrativas culturais e outros mais fazendo que o que identificamos e conhecemos como diplomacia digital ganhe pleno significado, também nestas 10 ilhas do atlântico médio.

Iniciou-se, consciente ou inconscientemente uma nova forma de diplomacia, reestruturando interesses e necessidades globais, governamentais e sociais, produto do novo ecossistema digital. A diplomacia digital modifica e enriquece a diplomacia pública tradicional, ao aumentar a capacidade de interagir e participação activa de públicos nacionais e estrangeiros e interação com a diáspora, permitindo a transição do monólogo para o diálogo (meu ponto de vista). Com a certeza porém que o uso crescente de TICs (Tecnologias de Informação e de Comunicação) e as plataformas de mídias sociais por um país de poucos recursos e muito dependente como é o caso de Cabo Verde garante melhores possibilidades para que se possa atingir “nossos” objetivos de política externa e praticar de forma moderna e inteligente a “diplomacia pública”...

As TICs, as redes sociais, a robótica e a inteligência artificial são as ferramentas por excelência da instalação da quarta revolução tecnológica, sectores com transferência de tecnologia e de suportes a criações de novas oportunidades, que abrem portas a novas perspectivas de mudanças, muitas vezes radicais, que estão influenciando o mundo in-

teiro, Cabo Verde deve abraçar todas essas tendências do conhecimento para se poder assimilar e regularizar as incidências que num futuro próximo irão propulsar, as nove ilhas povoadas para um novo patamar estrategicamente operacional, única via para se poder ultrapassar e estar-se, acima dos constrangimentos e limitações, de ordens várias que desde os primeiros dias da independência política até a presente data, nos cerca e limita ao status quo de país continuamente em vias de desenvolvimento...

A pandemia da Covid-19 colocou-nos perante a obrigação de operar a justiça social, instalando uma “estratégia englobando todos”, utilizando os TICs e a “diplomacia digital”, com o objectivo de aumentar a qualidade democrática cabo-verdiana, que alicerçada às possibilidades de êxito, nesta operação Cabo Verde tem de abraçar na prática os “ODS”, (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) e suas metas articulando todas as demandas cruzadas de todas as nove ilhas habitadas e todas as regiões, conjugando interesses locais, ambientais socioeconómicos públicos e privados, em benefício da maioria dos cidadãos que continuam mergulhados na pobreza. A tarefa não é fácil, mas é nobre e a nação cabo-verdiana tem o imperativo de planificar e criar hoje o futuro sustentável, para todos os filhos deste arquipélago e futuras gerações.

miljvdav@gmail.com

PUB





Marcando a diferença desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornal.anacao.cv@gmail.com
www.anacao.cv

A emergente necessidade da inteligência emocional para um Cabo Verde e Mundo melhor “O Novo Mundo”



Adelino Afonso Barros*

Jamais o mundo será o mesmo! Isto já é sabido. A palavra de ordem é a resiliência. Os desafios do presente e futuro exigem resiliência para a preservação do equilíbrio das sociedades humanas e desenvolvimento global. Com o covid-19 começou uma era nova em que para cada individualidade há necessidade uma nova visão, postura e atitude para harmonizar a própria existência às necessidades do “novo normal” no mundo em renovação. Nos dias presentes deparamos com situações de elevadas exigências em todas as áreas da vida e atividades humana em consequências da crise que assola o planeta dando indicativos claros de que à humanidade é cada vez mais solicitada a capacidade de gestão situacional e resiliência.

Segundo dados estatísticos da OMS (organização mundial da saúde) cerca de aproximadamente 400 milhões de pessoas sofrem de depressão em todo o mundo, 264 milhões estão sofrendo de ansiedade e a taxa de suicídio ronda os 800 mil indivíduos anualmente, o que assustadoramente representa uma vítima por cada 40 segundos. Dados preocupantes que acarretam medidas urgentes e eficazes para fazer face à situação. Os dados referentes ao nosso país encontra-se incluído nos disponibilizados pela OMS.

O mundo a fora encontra-se trabalhando a passos largos e firmemente para uma “nova configuração educacional” e capacitação dos recursos humanos para acompanhar a presente era resiliente através de processos de desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas que estimulam a formação do homem inteligente e resiliente que significa ter o equilíbrio dos conhecimentos e as habilidades desenvolvidas aplicadas na vida prática, tornando o humano capaz de acompanhar com consciência e segurança o desenrolar do presente e futuro da humanidade.

“O Homem resiliente”

A resiliência “é a capacidade do indivíduo lidar com problemas, adaptar-se a mudanças, superar

obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas - choque, estresse, algum tipo de evento traumático, entre outros. Sem entrar em surto psicológico, emocional ou físico, por encontrar soluções estratégicas para enfrentar e superar as adversidades.” Então o homem resiliente é aquele que possui a capacidade de resistir e manter o equilíbrio em situações adversas e de dificuldades mantendo a capacidade de resposta positiva e eficaz.

No presente esforços importantes estão sendo levados a cabo por parte dos governos em todo o mundo para responder aos actuais problemas provenientes da presente crise sanitária e económica mundial, as autoridades “trabalham conjuntamente” para devolver a harmonia e o equilíbrio à humanidade com estratégias e reforços de investimentos tanto a nível de recursos materiais como ao nível de capacitação intelectual que oferecem melhores condições de vida aos seus cidadãos, com ferramentas poderosas para criar oportunidades, ambientes propícios e uma classe humana resiliente. Como para isso não basta estratégias e investimentos a nível das produções e condições materiais e exteriores, se trabalha sobretudo o interior, a mente e consciência do homem através de ferramentas indispensáveis ao conhecimento e desenvolvimento de qualquer ser humano. Uma das ferramentas que acabam por auxiliar e ou complementar diretamente o sistema educacional, a psicologia, a psiquiatria, o empresariado e todas as áreas de forma eficaz a qual me refiro que reconhecidamente é considerada de capital importância para formação do homem resiliente e pronto a adaptar ao “novo mundo” é a inteligência emocional e através da “nova educação” facilitadas pelos mentores em inteligência emocional, que assim continuarão a colaborar na “construção do homem do novo mundo”. Pois o homem “é a causa e efeito do desenvolvimento”, isto é, o homem cria, desenvolve e ao mesmo tempo é produto da sua criação e desenvolvimento, desse modo para que se consiga uma humanida-

de e mundo equilibrado e ou harmonioso há que se aprimorar o produto humano. Por este motivo trabalhar as emoções é tornar o homem melhor e resiliente.

A inteligência emocional

A palavra emoção originou do latim “emovere” que significa exteriorizar movimento ou seja aquilo que nos move. A ciência afirma que todo ser humano é movido pelas emoções e que estão presentes em todas as situações e são responsáveis pelos vínculos mais profundos que registamos e gravamos em nosso cérebro emocional. Segundo o considerado pai da inteligência emocional moderna Daniel Goleman, a inteligência emocional é a “capacidade de identificar os nossos próprios sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerir bem as emoções dentro de nós e nos nossos relacionamentos”. Segundo a ciência as emoções ocupam grande parte do nosso cérebro, exercendo grande influência sobre nosso pensamento, decisão e comportamento. Os maiores especialistas em análise comportamental já alertam que o mais importante nos dias de hoje não é o quanto se sabe, mas como usamos todas as informações que temos para gerar resultados positivos, ou seja aqui refere-se ao hard skills ou conhecimentos técnicos possuídos e soft skills que são as habilidades pessoais referentes a gestão dos conhecimentos, estas são de nível comportamental. Hoje a maior exigência reside nas soft skills e a mais exigida é sem dúvida a inteligência emocional. Pois a gestão das emoções têm influências e vantagens directas na saúde, aprendizagem, produtividade, na gestão de conflitos, no relacionamento conosco mesmo, com o mundo e em todas as áreas da vida humana. Sendo assim conhecer a inteligência emocional e desenvolver esta habilidade constitui necessidade indispensável, um ganho fundamental e sabedoria para conseguir lidar com os eventos e circunstâncias da vida de forma consciente e equilibrada seja em quais situações forem. Assim,

desenvolver esse conhecimento ou habilidade é autoconhecer e alcançar elevação no nível de ser, o mesmo que acrescentar benefícios ao que já somos e consequentemente elevará também qualquer sociedade humana.

A inteligência emocional em Cabo Verde

Como em todo o mundo, também em Cabo Verde fala-se muito no termo resiliência e sua importância fundamental no presente e futuro do nosso país tendo em conta a situação que também aqui atravessamos e a previsão da continuidade de tempos difíceis, com os efeitos da pandemia, que têm vindo a prejudicar várias áreas e actividades com direta afetação no rendimento e consequente agravamento na saúde pública com oscilações de casos do covid, as doenças de foro mentais como depressão, ansiedade e síndrome do pânico a aumentarem, no desemprego com uma taxa de 14,5% em 2020, um aumento de 3,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2019, conforme divulgou o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a criminalidade apesar de ter baixado 7,2% em 2020 segundo dados da Polícia Nacional (PN), constitui sempre uma preocupação importante, até pelas ocorrências graves que têm sido registados ultimamente. A equipa governamental trabalha para criar e reforçar condições que garantam a sustentabilidade e desenvolvimento sócio-económico, para gerar recursos e oportunidades, com apostas fortes nos sectores do empreendedorismo, formação e capacitação, com vista o crescimento do país com consequências na melhoria das condições e qualidade de vida dos cidadãos, mas, ainda não se começou a abordar e trabalhar com afinco a inteligência emocional, considerada por especialistas a mais importante das soft skills para que se comece efectivamente a operar transformações profundas e precisas nos nossos indivíduos e na sociedade. Pois, se queremos ter uma sociedade equilibrada ou um país desenvolvido obrigatoriamente

temos que trabalhar no aprimoramento do homem. É importante ter a consciência de que o nível do país que projetamos ou pretendemos dependerá exclusivamente do nível do homem que construímos.

A inteligência emocional é sem dúvida a mais importante das soft skills na medida em que apartir do desenvolvimento desta habilidade tanto as hard skills como todas as soft skills ganham melhoramentos. Portanto, os ganhos com a inteligência emocional são evidentes a todos os níveis e estamos no momento crucial para sua introdução no “sistema educacional” caboverdiano, investindo fortemente nesta ferramenta de valor universal se realmente as autoridades governamentais, os atores sociais e empresariais têm como prioridade o desenvolvimento e como objetivo imediato impactar na mitigação dos efeitos das crises e prontificar para desafios vindouros é fundamental e emergente trabalhar a inteligência emocional.

É tempo de transformar vidas e levarmos Cabo Verde a novos rumos construindo uma sociedade segura, equilibrada e mais produtiva para que possamos todos alcançar a “prometida” felicidade que “é a maior busca do ser humano”.

Urge que todas as instituições governamentais, não governamentais, as empresas, educadores, comunidades, pessoas individuais, o país em geral comecem a conhecer e desenvolver a inteligência emocional e experimentarem suas vantagens nas nossas vidas para um Cabo Verde e um mundo melhor!

Ter inteligência emocional é elevar a vida na prática com o equilíbrio e a felicidade!

* Mentor em Inteligência Emocional.

Praia, 19 de junho de 2021.



Jeff Daigle*

Cerimónia de lançamento em solo cabo-verdiano da Nova Embaixada

Os Planos para a Nova Embaixada dos EUA Sublinham o Compromisso para com a Parceria com Cabo Verde

Este ano, o 4 de Julho irá marcar um novo capítulo na história de Cabo Verde-EUA, com os representantes de ambos os países a nomearem 4,5 hectares de terreno adjacente ao Palácio do Governo na Praia como o local para uma nova embaixada dos

EUA. Este estimulante projeto, há muito antecipado, representa um investimento de mais de 400 milhões de dólares por parte do governo dos EUA na relação bilateral, sendo que 100 milhões desse total vão diretamente para a economia de Cabo Verde, beneficiando as empresas e empreiteiros locais e criando dezenas de empregos na construção.

Embora sejam necessários vários anos para construir as

novas instalações, os benefícios bem valerão a espera. Os visitantes da nova embaixada, incluindo requerentes de visto e estudantes que explorem oportunidades educacionais nos EUA, serão recebidos em espaços maiores, mais confortáveis e mais acessíveis. Para ajudar a proteger o frágil ambiente de Cabo Verde, o campus contará com as últimas novidades em design sustentável e materiais de construção, tais como novas

tecnologias inovadoras para o aproveitamento das energias renováveis e a conservação da água. Uma vez concluída, a embaixada deverá empregar quase 300 funcionários, mais de 90 por cento dos quais, cabo-verdianos, com salários e benefícios que ultrapassam os 5 milhões de dólares anuais.

Embaixador dos Estados Unidos da América em Cabo Verde

PUB



Para ajudar a proteger o frágil ambiente de Cabo Verde, o campus contará com as últimas novidades em design sustentável e materiais de construção, tais como novas tecnologias inovadoras para o aproveitamento das energias renováveis e a conservação da água



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

O seu mediador de confiança

www.anacao.cv

#juntosnaprevenção #ficaemcasa



Prison Break

No passado fim de semana assistiu-se por cá ao que podia ser mais uma temporada da popular série “Prison Break”. Desta feita o pano de fundo foi a zona de Chã Tiliza, em São Vicente, e a descrição dos meandros da fuga foi de tal forma pormenorizada, que o ZIG elegeu Amadeu Oliveira como o “Michael Scofield” da operação. Não foi preciso recorrer a tatuagens com o mapa da fuga pelo corpo, até porque o advogado revelou ter tudo planeado ao detalhe naquela cabeça sem fio de cabelo. ZIG ficou particularmente espantado com o facto de o “cérebro” da operação ter pensado em ex-fuzileiros para lhe darem algum suporte, caso a fuga se desse por via marítima. Filmes e seriados à parte, com planos B pelo meio, quem de direito que se ponha em sentido para a moda não pegar em outras paragens deste arquipélago. Olhem o Alex Saab a pensar em chamar o Amadeu para a sua equipa de defesa.



CALL OF DUTY - Após a recusa de Chuck Norris, as forças armadas islandesas confiaram a Amadeu Oliveira a missão de repatriar o Boeing apreendido pelo governo comunista de Cabo Verde.

Caso único

Cabo Verde a armar-se, uma vez mais, em caso único no Mundo. Com a UNESCO e a UNICEF a se manifestarem preocupadas com os efeitos da covid-19 no ensino, eis que surge o nosso ministro da Educação a dizer que o Bicho maldito “não teve incidência negativa nas aprendizagens”. Então, o Senhor não lê jornais, redes sociais, onde professores, pais e encarregados de educação, dia sim, dia não, vão dando conta da barafunda que é o ensino no país em tempos de pandemia? Se o buraco da Covid-19 na economia é de quase 20%, na educação, com escolas fechadas, professores e alunos em casa, o buraco não será pequeno também. Caso para se dizer, enquanto o Amadeu Oliveira vai cuidando da Justiça, eis que este outro Amadeu (Cruz, e conterrâneo também do deputado-advogado), vai descuidando da Educação. Estamos mal.



AMADEU CRUZ, MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**A Covid não
teve incidência
negativa nas
aprendizagens**

Só não vê...

O último relatório do Banco Mundial sobre Cabo Verde, lê-se também na concorrência, “tece duras críticas à gestão das empresas estatais e diz que os conhecimentos técnicos estão a ser preteridos em favor das nomeações políticas”. Ou seja, se até o Banco Mundial já se deu conta que neste lindo país, “despartidarizado”, à moda de Ôlisses, o cabo-verdiano só progride na Administração Pública com o cartão do partido no Governo, qual será a situação dos cidadãos, que sendo embora Contribuintes, Eleitores, Quadros formados e capazes, nunca tiveram cartões nem do MpD nem do PAICV? Para usar a linguagem do Banco Mundial, há décadas que o amiguismo, nepotismo, além de cruzado, é um problema estrutural, carregado de valor agregado. É o ecossistema, bicho.

5 de Julho

Este ano, em plena pandemia da covid-19, Ulisses e a sua locomotiva vão festejar o 5 de Julho nos EUA. E, ao que parece, o acto alusivo ao Dia Maior vai ser transmitido online para Cabo Verde assistir e subir nas nuvens com os discursos sobre a União e a Fraternidade entre os Cabo-verdianos nas Ilhas e na Diáspora. Na volta, ZIG fica à espera do seu bidon. De preferência sem vírus de Sar Cov2.

Orgulho Nacional

Cabo Verde tem se qualificado cada vez mais para estar nas competições desportivas nas mais diversas modalidades a nível internacional. Este ano, são muitos os atletas nos jogos olímpicos de Tóquio. Na esperança de que estamos cada vez mais próximos de trazer títulos para além do “importante é participar”, ZIG, como um bom visionista do desporto e a sua tática “tiro e queda”, recomenda “mais apoios e menos basofaria” por parte dos ministros e directores desportivos. Viva os nossos atletas... dos apoiados aos esquecidos. O Gracelino cansou-se e foi cuidar da vida, antes de ficar sem o emprego, embora carregado de medalhas. Pensem nisso, sff.



Binter ou TAMS

A Binter/TICV já mudou de nome. Não, não, ainda não é “renacionalização” nem o arresto dos seus aviões. Sucede apenas que essa transportadora, das Canárias, está em vias de ser baptizada para TAMS (Transportes Aéreos do Ministério da Saúde). É que, desde a suspensão de operações, a TICV apenas tem feito voos de evacuação. Um desses dias terá que evacuar os próprios trabalhadores da companhia, por motivos de depressão. A falta de informação sobre o futuro da empresa tem-nos em permanente stress.

Rosão

lã de casa

**CONNOSCO
ESTÁS PRIMEIRO**

**INOVAÇÃO,
TECNOLOGIA
E CRIATIVIDADE**

**CONHEÇA AQUI TODAS
AS VANTAGENS QUE
CRIAMOS PARA TI**

UNITEL 





Etc.

Nelson Neves

Pintando Cabo Verde no Luxemburgo

SOCIEDADE

Jorge Brito, nascido a 4 de Julho

De activista político a doador de sangue

Jorge Brito, Combatente da Liberdade da Pátria, é um homem que tem parte importante da sua vida ligada à história da sua ilha natal, São Vicente, e de Cabo Verde. Ajudou a organizar a resistência na zona da Ribeira Bote contra a tropa portuguesa, em 1974 – facto que conferiu ao bairro o título de “Zona Libertada” – e foi o primeiro doador de sangue no país, além de co-fundador do Sport Club Ribeira Bote.

Suíla Rodrigues

Jorge Alberto Brito, mais conhecido por Txicoli, completa 80 anos no próximo domingo, 4 de Julho.

O facto desta data vir a ser a véspera da Independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, constitui motivo de orgulho para Txicoli, ainda hoje, volvidos quase meio século em que estas ilhas se tornaram livres do colonialismo.

Participação na luta pela independência

Tal como os outros “camaradas” desse tempo, da clandestinidade, este entrevistado do A NAÇÃO participou activamente na luta pela independência de Cabo Verde, cujo 46º aniversário é assinalado na próxima segunda-feira.

Uma efeméride que, para este cidadão, deve ser sempre condignamente assinalada, enquanto acontecimento único na história destas ilhas.

“Tenho para mim que, depois de 46 anos, Cabo Verde poderia estar bem melhor, a todos os níveis. Reconheço todo o trabalho que os partidos têm vindo a desenvolver, todo o esforço, mas é preciso melhorar.

São 46 anos e ainda temos casos de pobreza extrema no país. Este é um ponto que precisa de estudo para que sejam arranjadas soluções, o mais rápido possível”, afirma.

De todo o seu percurso de combatente nacionalista, Jorge Brito destaca a resistência que foi preciso organizar, já depois do 25 de Abril, contra a tropa portuguesa a 23 de Setembro de 1974, quando, no regresso a Portugal, depois de perderem a

guerra na Guiné Bissau, em escala em São Vicente, soldados descontentes resolveram descarregar a raiva nos cabo-verdianos. Depois de alguns incidentes, um grupo desses soldados decidiu que haveria de ir acertar as contas com a população na Ribeira Bote.

Resistência ao ataque de tropas portuguesas a Ribeira Bote

“Tínhamos um elemento da Comissão de Estiva em São Vicente, o falecido Paraqueda, que ouviu dos portugueses a dizerem isso. O responsável político na zona, Toi de Suna, que estava de partida no dia 24 para a Praia, destacou o adjunto para coordenar as operações, no caso eu”, recorda Brito.

Avisados, militantes e simpatizantes do PAIGC da zona foram alertados do ataque que acabou por ter lugar no dia 23 de Setembro, pelas 22h30.

Para o efeito, foram recolhidos blocos, pedras, no sentido de obstruir todas as vias de acesso à zona.

“Todos ajudaram”, diz, “homens, mulheres e crianças”, e foi nessa altura que surgiram os primeiros “cocktails molotov”, garrafas pequenas, contendo ferro e combustível, e se atiradas a uma certa distância explodiam.

Ribeira Bote, “primeira Zona Libertada de Cabo Verde”

“A tropa chegou, um camarada, o Tinaia, atirou o primeiro cocktail Molotov e, a partir daí, gerou-se uma enorme confusão

no local. A sentina, no caminho para Cruz João Évora, ficou toda esburacada, mas os portugueses não conseguiram entrar na zona”, conta.

Após este episódio, “os marinheiros foram enviados a bordo, os militares para os quartéis e os policiais para a estação”.

A partir de 23 de Setembro de 1974, Ribeira Bote ganhou o título de ser a primeira “Zona Libertada” de Cabo Verde, em alusão às “zonas libertadas” pelo PAIGC na Guiné Bissau.

Ribeira Bote: problemas sociais continuam até hoje

Ribeira Bote, considerado um dos bairros mais emblemáticos de São Vicente, tem sido berço dos grandes profissionais da arte, da música, do futebol, do ténis e, também, da emblemática e da famosa “Mandinga” que sai às ruas do Mindelo em todas as festas do Rei Momo.

Contudo, segundo Jorge Brito, os problemas sociais do bairro estendem-se até aos dias actuais, “apesar da sua população fantástica, de toda a sua história e contributos para a Nação Cabo-verdiana”. Além de um trabalho de fundo, a todos os níveis, este cidadão considera que a resolução dos problemas sociais passa pela requalificação da zona, uma ideia antiga, diga-se.

“Ribeira Bote tem problemas no seu desenvolvimento, principalmente na questão de habitação, pois as pessoas fizeram as suas casas sem quaisquer orientações urbanísticas. E se quisermos transformá-la num lugar planificado será necessário construir tudo de novo, de base”, finaliza.



Primeiro doador de sangue em Cabo Verde

Jorge Alberto Brito estudou até ao sexto ano de liceu, como se dizia antigamente e foi director geral da Agência Nacional de Viagens, presidente da Comissão de Gestão de Transportes Marítimos e Cônsul da Noruega durante 35 anos.

Cidadão consciente, além de activista político e social, e também desportista, Jorge Brito foi o doador de sangue número um no país. Tornou-se num doador voluntário a 5 de Abril de 1974, tendo feito até 19 de Junho de 1991, 18 doações.

“Recordo que numa das vezes, fiz uma transfusão directa a uma grávida que precisava de doação urgente. Nada foi tão gratificante, na altura, do que saber que naquele episódio, tanto a mãe como a criança se salvaram”, relembra orgulhoso.

Em reconhecimento dessa causa, Jorge Brito recebeu, a 07 de Maio de 1994, um diploma atribuído pela Cruz Vermelha de

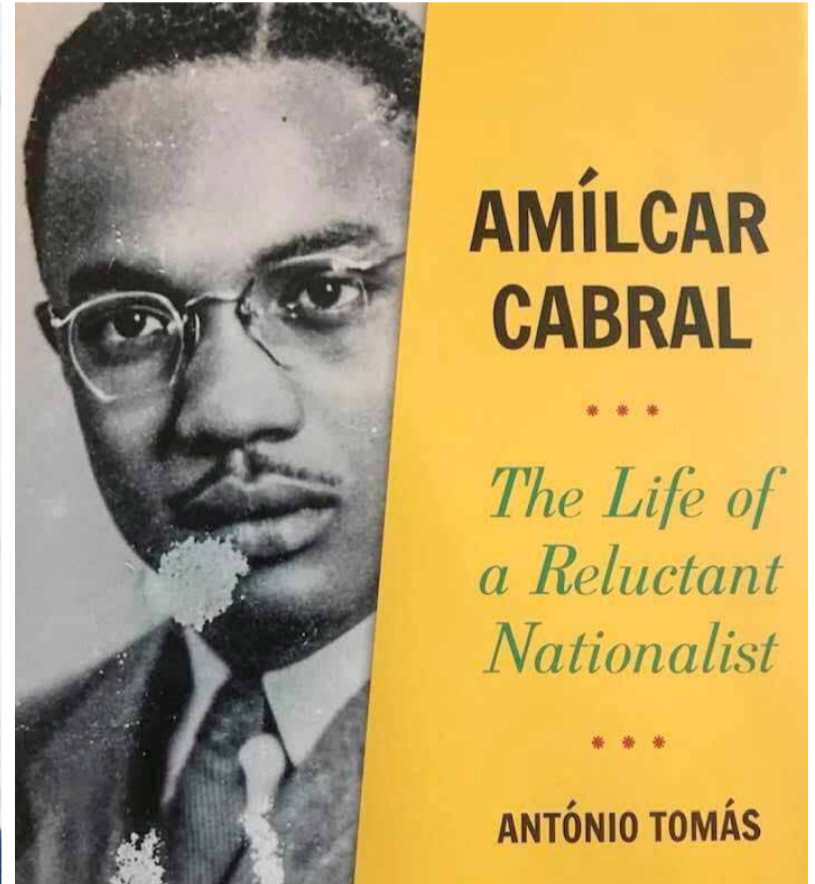
Cabo Verde e pelo Hospital Baptista de Sousa, por ser considerado um “Doador voluntário de sangue com distinção”.

Por tudo o que viveu, hoje, aos 80 anos, Jorge Brito transporta consigo a ideia de que todos os sacrifícios valeram a pena. O Cabo Verde de hoje pouco ou nada se compara com aquele que os cabo-verdianos herdaram do colonialismo a 5 de Julho de 1975.

“Em relação aos jovens, muitos têm a consciência daquilo que se fez, do significado e da importância da luta pela independência. Mas, o certo é que nós não podemos exigir muito dos jovens, pois não temos documentos e testemunhos escritos para que eles possam conhecer a nossa história. E isto é um défice que temos de colmatar. Tudo precisa ser escrito para que a nossa história não se perca”, conclui.

SR

António Tomás lança versão inglesa de “Amílcar Cabral, o Fazedor de Utopias”



Considerada uma das biografias de maior fôlego sobre Amílcar Cabral, publicada em 2007, em Portugal e depois em Cabo Verde, “O Fazedor de Utopias” ganha a partir de agora uma versão em inglês, com o título “The Life of a Reluctant Nationalist”, nova organização e texto actualizado.

Adaptação para público anglófono

António Tomás, autor da obra, ressalva, contudo, ao A NAÇÃO, que se trata de “uma adaptação para o público anglófono” e “não é uma versão aumentada ou melhorada”, embora haja mais notas de rodapé, entre outros aspectos editoriais e académicos, “exatamente”, para facilitar a leitura do público de língua inglesa.

A viver há vários anos na África do Sul, mais concretamente em Johannesburg, Tomás que é professor na Graduate School of Architecture, quer com esta nova versão de “O fazedor de utopias”

O escritor e antropólogo angolano, António Tomás, lança, a partir de Johannesburg, África do Sul, a versão inglesa de “Amílcar Cabral, o Fazedor de Utopias”. Segundo o autor, a obra com o título “The Life of a Reluctant Nationalist”, é uma “adaptação” da sua biografia desse líder guineense-cabo-verdiano, hoje uma referência também para o mundo anglófono.

Ricénio Lima

aproximar o pensamento de Cabral ao mundo anglófono.

“Cabral é um pensador muito importante e muito pouco acessível em inglês. Há um debate sobre ele no mundo lusófono que não existe no mundo anglófono, razão pela qual resolvi fazer uma versão inglesa do livro”, refere o autor a este jornal, a partir de Johannesburg.

Retrato crítico de Amílcar Cabral

Esta biografia de Amílcar Cabral é um retrato crítico desse herói africano da luta contra o colonialismo português, assassinado em Janeiro de 1973, em Conakry, na medida em que levanta

questões e procura perceber a prática dessa figura histórica. Além do pensamento teórico em si, Tomás aponta também no seu trabalho algumas contradições identificadas na vida do autor da “Arma da teoria”.

“The Life of a Reluctant Nationalist” detalha a luta de Amílcar Cabral pela independência da Guiné e Cabo Verde, luta essa sitiada e marcada por conflitos vários, que o PAIGC, enquanto partido binacional, procurou lutar para os poder superar, acabando Cabral vítima, no fundo, desses conflitos e contradições.

Além de contar a vida do seu biografado, António Tomás reflecte criticamente sobre as formas existentes de pensar e es-

crever sobre a independência da África lusófona.

“Amílcar Cabral é um pensador universal”

“Amílcar Cabral sempre foi muito prático, mas agarrado à teoria. É um pensador universal. A sua obra é importante para todo o continente africano, porque Cabral estava preocupado com a questão da colonização, da exploração e do domínio europeu sobre vários países africanos”, destaca.

Para o escritor e antropólogo angolano, pelo contrário, Amílcar Cabral tocou em questões que ainda hoje são importantes, uma das quais a relação de Cabo

Verde com o resto de África, identidade, nativismo na Guiné, entre outros, tanto que, actualmente, Tomás diz continuar a estudar teoricamente Amílcar Cabral para analisar os desafios actuais.

Formado em antropologia, com passagens pelo jornalismo em Angola e Portugal, António Tomás acabou por se fixar há já algum tempo na África do Sul.

A versão de “O fazedor de utopias”, agora para a língua inglesa, vem, como diz, permitir que pessoas que não têm acesso à língua portuguesa possam ler o livro e, com isso, conhecer aquele que é tido como um dos mais importantes pensadores da libertação africana, ao lado de Nelson Mandela (África do Sul), Kwame N’Krumah (Gana), entre outros.

“The Life of a Reluctant Nationalist” é publicado pela C Hurst & CO Publishers Ltd, uma editora independente com sede em Londres, especializada em assuntos globais, história europeia, guerras e conflitos, estudos africanos e relações internacionais.

SOCIEDADE

São Nicolau

“Kaminho para a América” na rota das baleias



Alveno Soares



HISTÓRIA

A emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos, a partir da pesca da baleia, é tema de um colóquio a ter lugar este fim-de-semana em Tarrafal de São Nicolau. Sob o lema “Pesca da Baleia: da Caça à Preservação”, o evento está dividido em dois momentos: o colóquio propriamente dito e uma “caminhada ecológica” pelos locais outrora frequentados pelos baleeiros.

A Redacção

“Kaminho para a América” é uma iniciativa da produtora Djê d’Merka, sediada nos EUA, e parceiros locais, na Ilha de Chiquinho. A primeira parte, o colóquio, acontece no Tarrafal e a segunda, uma caminhada ecológica, está agendada para a estação balnear de Barreiras, no Carriçal, no município da Ribeira Brava.

Participa no evento o investigador José Cabral, que irá falar sobre o tema e contará também com testemunhos sobre histórias antigas da pesca da baleia. Esta parte da iniciativa acontecerá no primeiro dia, 02, no Museu da Pesca, a partir das 16h45.

Em relação à caminhada ecológica no Carriçal, a ideia é ex-

plorar e revelar as ruínas na pesca da baleia e, também, limpar a orla marítima desta mesma estação.

De acordo com um dos responsáveis pela execução do projecto, Alveno Soares, São Nicolau foi escolhida devido ao seu “esquecimento” na história da pesca da baleia e, também, por ser uma das ilhas de execução do projecto que coordena, Djê d’Merka.

Celebrar a independência de Cabo Verde e EUA

Além disso, há a vontade de realizar um evento, que cause algum impacto, no sentido de celebrar a independência dos Estados Unidos no dia 04, e a de Cabo

Verde no dia 05 de Julho.

“A pesca da baleia é o que está na base da emigração da população cabo-verdiana para a América do Norte e queremos fazer uma actividade em São Nicolau, visto que a pesca da baleia tem história nesta ilha.

Nós focamo-nos só no Fogo e na Brava e isso não é de todo verdade. Os baleeiros entravam primeiro em São Nicolau, porque São Vicente não tinha condições, e depois iam para o Sul apanhar as pessoas para pescar”, elucida Alveno Soares.

O projecto, que prevê recontar a história à volta da pesca da baleia e conectar as novas gerações de São Nicolau e Cabo Verde no geral, tem como público-alvo os jovens dos dois municípios de

São Nicolau, os guias de turismo e a população da ilha em geral.

Emigração para os EUA devido à pesca da baleia

A emigração de cabo-verdianos em grande escala, principalmente das ilhas mais a Sul, Fogo e Brava, está intimamente ligada a uma parte da história dos Estados Unidos da América (EUA).

Os cabo-verdianos, na esperança de fugir da seca e da fome, aventuravam-se em navios norte-americanos para a pesca da baleia, almejando a chegada naquele país e conseguir boa qualidade de vida para si e para os seus.

De acordo com os registos, a emigração para os EUA, devido

à pesca da baleia, ocorreu entre os séculos 17 e 18, quando os navios escalavam Cabo Verde para se abastecerem e, no regresso, aproveitavam para recrutar cabo-verdianos por serem conhecidos como bons marinheiros. Os primeiros contratados foram em São Nicolau, Fogo e Brava.

Chegando àquele país norte-americano, os cabo-verdianos instalavam-se em várias cidades, principalmente New Bedford, onde encontravam trabalho nas fábricas, na agricultura e também nos navios locais.

Na esperança de mudar de vida, muitos conseguiram chegar ao destino, mas muitos ficaram pelo caminho, devido aos perigos e riscos que a pesca da baleia acarretava.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv    [anacaocaboverde](https://www.instagram.com/anacaocaboverde)

CULTURA

Artes plásticas

Nelson Neves mostra 20 anos de carreira na Praia



DIÁSPORA

Nelson Neves, artista plástico cabo-verdiano radicado no Luxemburgo, apresenta 35 telas abstractas na exposição que acontece na Assembleia Nacional, de 4 a 18 de Julho. A par disso, vai ministrar alguns ateliês de pintura destinados a crianças. Recentemente o artista plástico foi condecorado com a medalha de Cavaleiro da Ordem de Mérito daquele Grão-Ducado.

Jason Fortes

Depois de ter apresentado 180 quadros na exposição sobre os seus 20 anos de carreira, realizada na Galeria de Art H2O, no Luxemburgo, Nelson Neves traz parte da exposição para Cabo Verde.

Esta sexta-feira (2), “Retros-

pectiva Nelson Neves 2001-2021” é oficialmente inaugurada no átrio da Assembleia Nacional. A mostra, que conta agora com um total de 35 telas, vai estar patente ao público, nesse local, de 4 a 18 de Julho.

“São pinturas desde o início até hoje, para que as pessoas

possam perceber a minha evolução enquanto artista”, explica o artista plástico natural de Santo Antão.

Nelson Neves aproveitou o período de confinamento para pintar, motivo pelo qual haverá, na exposição, obras feitas em 2020.



Nelson Neves recebeu a condecoração do Governo Luxemburgês, pelas mãos da ministra da Cultura, Sam Tamson

“Tentei transformar alguns momentos negativos em algo positivo, através da pintura”, explica, referindo-se especialmente aos momentos de isolamento, longe dos amigos e da família.

Segundo o artista, estas 35 telas, que sobraram da exposição realizada no Luxemburgo, são todas abstractas. A exposição na Praia conta com o apoio do Ministério da Cultura do Luxemburgo, da Federação Geral dos Professores Luxemburgueses, da Assembleia Nacional de Cabo Verde e da ACRIDES.

Ateliê para crianças desfavorecidas da ACRIDES

A par da exposição, Nelson Neves realiza um ateliê de pintura destinado a crianças desfavorecidas da ONG ACRIDES.

“A ideia dos ateliês de pintura é que as crianças possam descobrir as minhas obras e se quiserem reproduzi-las, contarão com todo o meu apoio. Mas basicamente poderão pintar tudo aquilo que quiserem. São livres para expressarem através da pintura”, diz Nelson Neves ao A NAÇÃO.

A passagem de Nelson Neves pela capital do país servirá igualmente para que este possa visitar artistas locais, conhecer a sua maneira de trabalhar e o seu quotidiano.

“Também penso descobrir um pouco sobre a ilha de Santiago, fazer muitas fotografias e desenhos que posteriormente serão retratados em telas”, acrescenta.

Percurso

Nascido em Santo Antão em 1973, Nelson Neves emigrou com os pais para o Luxemburgo com sete anos de idade. Depois de terminar os estudos liceais, formou-se em decoração, tendo trabalhado durante 16 anos como decorador, mas a pintura sempre o acompanhou.

Em 2001 expôs pela primeira vez, na Semana Cabo-verdiana, em Rodange (L). A sua evolução técnica abriu-lhe



mais portas e começou a dar aulas de pintura em liceus e escolas primárias.

Paralelamente às mais de 40 exposições individuais e colectivas no Luxemburgo, França e Cabo Verde, começou também a organizar ateliers de pintura nos hospitais, nas prisões e junto dos mais jovens.

Em 2008 foi convidado pelo Ministério da Cultura do Grão-Ducado a expor na cidade da Praia, na Semana Cultural do Luxemburgo. Pela primeira

vez, mostrou o seu trabalho em Cabo Verde.

Cores vivas, movimento e energia são os ingredientes que o artista põe na balança para conseguir harmonia e equilíbrio nas suas obras, sejam estas abstractas ou figurativas, com cenas quotidianas do folclore cabo-verdiano ou obras mais universais.

Todo este percurso faz com que Nelson Neves seja considerado um dos elos culturais entre Cabo Verde e Luxemburgo,

onde reside boa parte da diáspora cabo-verdiana.

Distinção

Na semana passada, este artista foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Mérito do Grão-Ducado de Luxemburgo, como testemunho do reconhecimento pelo seu engajamento ao serviço da cultura naquele país. Trata-se de uma distinção que, segundo ele, representa um reconhecimento para toda a co-

munidade cabo-verdiana residente naquele país.

“A medalha é pessoal, mas penso que é um reconhecimento para a nossa comunidade cabo-verdiana residente no Luxemburgo. Ao receber a medalha recordei a primeira geração de cabo-verdianos e cabo-verdianas que saíram de Cabo Verde para vir trabalhar no Luxemburgo. Não foi fácil. Prepararam o caminho para todos nós e, graças ao seu esforço e seriedade, a forte cooperação entre Luxemburgo e Cabo Verde começou”, disse.

Nelson Neves recebeu a medalha de Cavaleiro da Ordem de Mérito do Grão-Ducado de Luxemburgo das mãos da ministra da Cultura do Luxemburgo, Sam Tanson.

Durante a cerimónia, que aconteceu no espaço Philharmonie Luxembourg, anunciaram que o artista plástico já leva mais de 20 anos a aproximar Cabo Verde e Luxemburgo, graças aos projectos culturais, nomeadamente exposições, ateliês de pintura para crianças em Cabo Verde e Luxemburgo.

Para o artista, tratou-se de um grande momento, já que no Luxemburgo residem grandes valores do mundo das artes e no dia da distinção, esteve entre esses “ilustres”, tendo sido parabenizado por muitos deles.

Integração: vários jovens estão a abandonar estudos

Apesar de afirmar que a comunidade cabo-verdiana no Luxemburgo está bem integrada, Nelson lamenta a situação em que muitos jovens de origem cabo-verdiana se encontram no Grão-Ducado.

“Há vários jovens a abandonar os estudos. Sem diploma, depois têm muita dificuldade para encontrar emprego. Ainda assim, as associações cabo-verdianas, a Embaixada de Cabo Verde no Luxemburgo e outras entidades têm feito um grande esforço para melhorar a integração e a vida dos cabo-verdianos no país”, conclui. ☺



João Serra*

Cabo Verde perante os desafios do “Triângulo Mágico”:

Crescimento Económico, Criação de Emprego e Redução da Pobreza (2)

Esta é a segunda e última parte do artigo em referência e versará sobre a situação do desemprego e da pobreza e o desafio do seu combate e mitigação.

I. A armadilha do desemprego

Num relatório intitulado “World Employment and Social Outlook: Trends 2021”, publicado no início de junho corrente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que a pandemia destruiu, em 2020, horas de trabalho equivalentes a 255 milhões de empregos em todo o mundo. A OIT espera que esse um número se reduza para mais de metade (cerca de 100 milhões) até fim de 2021 e cerca de um décimo (26 milhões) até 2022. Apesar disso, os números, ainda negativos, mostram que “a crise do emprego está longe de ter terminado” e que “o crescimento do emprego não compensará as perdas sofridas até 2023”, advertiu a OIT.

As novas previsões da OIT são ligeiramente piores que as feitas no início deste ano, devido a fatores como o ritmo lento da vacinação em muitos países, que pode atrasar a recuperação económica. Por causa disso, a OIT espera que o número de pessoas desempregadas no mundo se situe em 205 milhões em 2022, muito acima dos 187 milhões em 2019, elevando a taxa de desemprego para 5,7%.

A OIT está confiante de que a recuperação do mercado de trabalho global irá acelerar no segundo semestre do ano, embora esta previsão esteja condicionada ao não agravamento da crise, com a desvantagem de um acesso desigual às vacinas e à capacidade limitada de muitas economias para apoiar medidas de estímulo orçamental.

“Os efeitos positivos permanecerão limitados no âmbito geográfico, a menos que seja acordada uma ação a nível internacional, tanto em termos de fornecimento de vacinas como de apoio financeiro, incluindo

alívio da dívida”, diz a OIT.

Por outro lado, a organização adverte que muitos dos novos empregos criados na esperada recuperação serão de pior qualidade, e os quase 2.000 milhões de trabalhadores que vivem na economia informal podem ser particularmente vulneráveis. Porém, “não pode haver uma verdadeira recuperação sem uma recuperação de empregos dignos”, adverte o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, que recomenda estratégias coordenadas entre governos para ajudar os setores mais duramente atingidos, tais como os da hotelaria e restauração, comércio, construção e indústria.

O relatório da OIT indica que as mulheres foram mais prejudicadas do que os homens no mercado de trabalho durante a pandemia, como demonstra o facto de o emprego feminino se ter contraído 5%, em comparação com 3,9% para os homens.

O mesmo se pode dizer do emprego juvenil, que caiu 8,7% em 2020, enquanto a média para os adultos era de 3,7%, consequências para as gerações que entram no mercado de trabalho que, segundo a OIT, “poderiam prolongar-se durante anos”.

Como não podia deixar de ser, a situação de desemprego em Cabo Verde também foi afetada pela crise provocada pela pandemia de Covid-19.

De acordo com os dados divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano passado estima-se que o mercado de trabalho perdeu 19.718 empregos, com a taxa de desemprego a aumentar de 11,3% (2019) para 14,5% (2020) e o país a ter uma população desempregada estimada em 31.724 pessoas. A taxa de desemprego só não foi maior por causa das medidas de mitigação dos efeitos da crise implementadas pelo Governo, nomeadamente o “lay-off”.

Em 2020, o INE constatou igualmente um aumento do desemprego jovem (15-24 anos), que foi de 32,5%, um aumento

de 7,6 pontos percentuais (pp) face a 2019. Entre os jovens de 25 a 34 anos o desemprego é de 18,6%, mais 5,3 pp face a 2019. Vale realçar que o total de jovens dos 15 aos 35 anos sem emprego e fora do sistema de ensino ou formação é estimado em 77.480, registando um aumento de 34,5% (19.875) face a 2019.

De acordo com os resultados do inquérito, no ano passado houve uma diminuição de 6,1% na população economicamente ativa (14.253), estimada em 218.351 pessoas disponíveis para o mercado de trabalho, representando uma taxa de atividade de 53%, valor inferior em 4,4 pp face aos resultados de 2019 (57,4%). Em contrapartida, a população inativa aumentou em 21.332 pessoas, estimada em 193.735 pessoas, e, em consequência, a taxa de inatividade aumenta 4,4 pp, passando de 42,6% em 2019 para 47% em 2020.

Já a população empregada em Cabo Verde foi estimada em 186.627 pessoas, diminuindo 9,6% (19.718 pessoas) e a taxa de emprego/ocupação situou-se em 45,3%, diminuindo 5,7 pp face a 2019 (50,9%).

As estatísticas do mercado de trabalho revelam, ainda, que a estrutura dos empregos por setor de atividade mantém-se, com o setor terciário a liderar e absorver a maioria dos empregos (65,6%), mas diminuiu 1,9 pp o seu peso relativo face a 2019. “O impacto negativo nos empregos do setor terciário deve-se essencialmente à perda de empregos nos ramos de atividade relacionados com alojamento e restauração, comércio e transporte”, explicou o INE. Não é por acaso que as ilhas do Sal e da Boa Vista são mais afetadas pela pandemia, por serem as mais turísticas do país. Saliencia-se que o número de turistas teve uma queda superior a 60%, depois de ter atingido o recorde de 819.000 em 2019.

Também o setor secundário, consequência da diminuição de empregos nos ramos de cons-

trução e indústria transformadora, registou uma diminuição de 6.616 empregos e do seu peso relativo em 1,3 pp face a 2019, passando a absorver 37.642 empregos e representar 20,2% do total dos empregos no país. Em sentido contrário, o setor primário registou um aumento de 3.145 empregos, e 2,8 pp no peso relativo, passando de 10,9% em 2019 para 13,7% em 2020.

Por seu turno, o setor empresarial privado continuou a absorver a grande maioria dos empregos (41,0%), estimando-se que 25,7% dos empregos são por conta própria.

Outro dado constatado pelo INE é que 51,6% dos empregos são informais e na sua maioria são trabalhadores por conta própria (46,6%) ou por conta de outrem no setor privado, mas que não beneficiam de proteção social. Comparando com o ano de 2019, o INE concluiu que houve uma diminuição de 14.615 empregos informais, enquanto a população subempregada é estimada em 23.513 pessoas e a taxa de subemprego em 12,6%.

Para promover a recuperação do mercado de trabalho, a OIT recomenda aos governos que invistam em setores que possam ser uma fonte de empregos decentes, e promovam o diálogo social.

II. A armadilha da pobreza

Segundo o já mencionado relatório da OIT, “a queda no emprego e nas horas de trabalho resultou em uma redução drástica do rendimento do trabalho e no consequente aumento da pobreza. Em comparação com 2019, globalmente, 108 milhões a mais de trabalhadores são agora considerados como vivendo na pobreza ou extrema pobreza”. Ainda de acordo com o relatório, “os cinco anos de progresso para a erradicação da pobreza global foram perdidos”. Isso afeta o horizonte da realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de, a nível global,

“Para que possa resolver os desafios do “triângulo mágico”, ou seja, atingir o tão almejado progresso através de um crescimento económico robusto e sustentável, que lhe permita criar emprego e reduzir a pobreza, Cabo Verde precisa agir rapidamente”

erradicar a pobreza extrema e reduzir para metade a pobreza, em todas as suas dimensões, até 2030.

Atualmente, considera-se pobres as pessoas que devem subsistir com menos de 3,2 USD por dia, e muito pobres as pessoas que vivem com menos de 1,25 USD por dia.

O relatório conclui que a crise da Covid-19 afetou mais duramente os trabalhadores mais vulneráveis, e, portanto, também exacerbou as desigualdades pré-existentes. A falta generalizada de proteção social - por exemplo, entre os dois mil milhões de trabalhadores do setor informal em todo mundo - significa que as crises no trabalho relacionadas à pandemia tiveram consequências catastróficas para o rendimento e meios de subsistência das famílias.

Conforme os resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015 (os últimos disponíveis), existiam em Cabo Verde, em 2015, 179.909 pessoas em situação de pobreza, o que corresponde a 35,2% da população então residente no país.

Foram considerados pobres aqueles que viviam em agregados familiares com consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado no meio urbano no valor de 95.461 ECV (262 escudos diários) e no meio rural no valor de 81.710 ECV (224 escudos diários).

Dos 179.909 pobres, estimou-se que 54.395, cerca de 10,6% da população, viviam em extrema pobreza, ou seja, viviam em agregados familiares com rendimentos que permitiam consumos “per capita” anuais abaixo de 49.699 ECV (136 escudos diários), no meio urbano, ou menos de 49.205 ECV (135 escudos diários), no meio rural.

Do total dos pobres, 53% eram mulheres chefes de família, 44% correspondiam a agregados familiares monoparentais e em 61% dos agregados existiam seis ou mais pessoas. O estudo indica ainda que, do total dos pobres, 51% vivia no meio urbano, 58% estava em Santiago e 21%

residia na Praia.

De um modo geral, desde a independência do país em 1975, Cabo Verde vem alcançando resultados positivos no combate à pobreza, facto reconhecido e muito apreciado pelos seus parceiros do desenvolvimento. Segundo estes, as conquistas de redução da pobreza de Cabo Verde baseiam-se, basicamente, na estabilidade política e numa gestão dos recursos públicos relativamente boa. Os investimentos em capital humano e na construção de infraestruturas também desempenharam um papel importante.

Apesar dos avanços feitos em matéria de combate à pobreza extrema e à privação material, a pobreza continua ainda uma dura realidade no nosso país. Ela está intimamente relacionada com a falta de comida, trabalho, habitação e de dinheiro, ao fim ao cabo, com as necessidades básicas da sobrevivência humana.

Por outro, é particularmente preocupante constatar que, em Cabo Verde, a maior taxa de pobreza incide sobre agregados familiares onde há crianças. Normalmente, pobreza entre crianças e jovens significa más condições de habitabilidade e menor acesso à educação e saúde no período mais crítico das suas vidas. E isso, geralmente, reflete-se uma privação “ad infinitum” do acesso a melhores condições de vida. Ademais, implica perpetuar a reprodução intergeracional da pobreza.

Estima-se que antes da pandemia um em cada três cidadãos cabo-verdianos vivia em situação de pobreza. Com a pandemia e a crise económica que com ela veio, a situação de pobreza e privação tornou-se, ainda, mais complicada. Na verdade, em 2020, com a recessão histórica de 14,8% do PIB Cabo Verde ficou mais pobre do que era em 2016 e as famílias cabo-verdianas empobreceram, em média e em termos reais, ao ritmo de 1,5% por ano, entre 2016 e 2020. Esta realidade, que afeta sobretudo as mulheres chefes de família, inverteu os progres-

os na redução de pobreza alcançados nos últimos anos, colocando, de acordo com estimativas oficiais, cerca de 100 mil pessoas na pobreza temporária.

Perspetiva-se que a crise económica que hoje vivemos se prolongue, com efeitos profundos na coesão social e nas oportunidades geradas para todos. É por isso uma prioridade nacional a salvaguarda de todos os cidadãos, através de uma estratégia nacional de combate à pobreza.

III. Desafios a vencer para acelerar o progresso e para reduzir o desemprego e a pobreza

É cada vez mais evidente a relação entre a crise pandémica e o agravamento do desemprego, da pobreza e da desigualdade. Todavia, em Cabo Verde, à semelhança de muitos outros países, o desemprego e a pobreza são estruturais, na medida em que a economia não consegue crescer suficiente para absorver toda a mão-de-obra disponível e o país, objetivamente, não consegue, nomeadamente através de políticas de redistribuição de rendimentos, garantir recursos financeiros acima do limiar da pobreza a todos os cabo-verdianos.

Assim sendo, o combate ao desemprego e à pobreza deve fazer-se com políticas indutoras de um crescimento económico robusto, sustentável e inclusivo, que produzirão efeitos a médio e longo prazo, tal qual sugerido na primeira parte do presente artigo.

Segundo a OIT, no já referido relatório, “a recuperação da Covid-19 não é apenas uma questão de saúde. Os graves danos às economias e às sociedades também precisam ser superados. Sem um esforço deliberado para acelerar a criação de empregos decentes e apoiar as pessoas mais vulneráveis da sociedade e a recuperação dos setores económicos mais duramente atingidos, os efeitos da pandemia poderiam prolongar-se

por anos na forma de perda do potencial humano e económico, e de maior pobreza e desigualdade”, disse o diretor-geral da OIT. “Precisamos de uma estratégia abrangente e coordenada, baseada em políticas centradas nas pessoas e respaldada por ação e financiamento. Não pode haver recuperação real sem a recuperação de empregos decentes”, remata Guy Ryder.

Além de examinar as perdas de horas de trabalho, as perdas diretas de postos de trabalho e a redução do crescimento do emprego, o relatório descreve uma estratégia de recuperação estruturada em torno de quatro princípios: i) promover o crescimento económico de base ampla e criar empregos produtivos; ii) apoiar o rendimento familiar e a transição do mercado de trabalho; iii) fortalecer as bases institucionais para um crescimento e um desenvolvimento económicos inclusivos, sustentáveis e resilientes; e iv) utilizar o diálogo social para formular estratégias de recuperação centradas nas pessoas.

Por seu turno, o Banco Mundial (BM), num estudo sobre o combate à pobreza em Cabo Verde, publicado na sua página oficial no início de 2019, identifica cinco principais áreas, que devem merecer atenção urgente, para acelerar o desenvolvimento de Cabo Verde rumo ao progresso económico e social, das quais destacamos quatro:

Melhoria do capital humano. Isto exigirá, conforme o documento, combater as causas das taxas relativamente elevadas de abandono escolar e das qualificações e qualificações inadequadas da força de trabalho. Outrossim, o BM recomenda o fortalecimento das oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, através de melhores serviços de atendimento e mudança das normas de género em relação às tarefas domésticas e apoio à educação das crianças.

Reforço da conectividade. Para o BM é urgente o reforço da infraestrutura de transportes

- especialmente do transporte aéreo e do transporte marítimo - através de parcerias público-privadas. Também são necessários melhores serviços de tecnologia da informação e comunicação, bem como uma melhor gestão do setor de energia.

Redução da elevada dívida pública. Neste particular, o estudo recomenda melhoria na eficiência técnica e operacional das empresas estatais, por forma a reduzir as grandes perdas que o Governo teve que cobrir com o Orçamento de Estado. Por outro, um envolvimento melhor e mais sistemático da diáspora no investimento no país também poderia ajudar a mobilizar recursos.

Tornar o setor público mais eficaz. Para o efeito, o estudo identifica várias medidas concretas, designadamente: i) melhorar as normas e procedimentos governamentais antiquados; ii) fortalecer a coordenação entre os serviços públicos; iii) mudar a ênfase do processo para os resultados; iv) melhorar o acompanhamento de desempenho e avaliar os principais programas que exigem melhor acesso aos microdados; e v) melhorar o relacionamento entre o setor público e o setor privado.

Em conclusão: para que possa resolver os desafios do “triângulo mágico”, ou seja, atingir o tão almejado progresso através de um crescimento económico robusto e sustentável, que lhe permita criar emprego e reduzir a pobreza, Cabo Verde precisa agir rapidamente. O país deverá promover ações corretas e criar as condições apropriadas para atrair o interesse do setor privado visando a diversificação da nossa economia, tornando-a mais resiliente e com maior capacidade para tirar proveito das novas oportunidades, nomeadamente nas áreas que têm que ver com a economia azul, a economia digital, a transição energética e uma agricultura e pecuária de maior produtividade e rendimento.

Praia, 28 de junho de 2021

*Doutor em Economia

OPINIÃO



Marciano Moreira

Ti nha kaza pasa nha frenti

Nu ben konta partis

Dja staba banda 3 ora di un madrugada frientu di sesta-fera pa sabadu. Kel ora noti na rua Txiku Iaia, un rua largu i kunpridu, ka staba ningen nenta anda na kaminhu di kaza o di trabadju nen sakedu na konbersu dispidida parodientus kifari xintadu ta konta partis. Tudu ian! Sidadi staba kalmu. So di ves en kuandu, bu ta odja un o otu karu ta pasa pa riba pa baxu.

Pa ser izatu, na kel ora di madrugada na rua Txiku Iaia, so 2 pulisia sa ta kunpria ses diver di guarda-nu – nos ku nos averis. Pulisias sa ta andaba divagar, ta djobe pa ndreta, spia pa skerda, odja pa frenti i da ku rabu di odju pa kosta. Ta bai ti te ta sakedu pa sumara tenpu. Es pulisias ka kreba ganha na ka-kusta, es ka kreba da kasubodentus ninhun xansi...

Na kel patrolha di rua Txiku Iaia, nos amigus pulisia sa ta baba na pas di Deus kantu, bira si, es rapara un vultu. Distanti, staba un pesoa xintadu lapu na paseiu djuntu di un posti di lus. Pulisias ben ku pasu firmi,

mas divagar, ku un mon na pistola tudu preparadu i inda dentu koldri, rakuadu di kunpanheru, un mas pa frenti, kel otu la tras, ku tudu kudadu, ti txiga bera di es pesoa.

Kantu pulisia di frenti, di nomi Txeka, fika uns 8 metru di individu solitariu, el obi es individu solitariu ta papia el so, bu ta fla el sa ta diskutiba ku algun algen. Txeka fika ta pensa ma, afinal, el sa ta aprosimaba di un mokeru o dun dodu. Di kualker manera, el fika ku menus medu. Txeka fla pa se boton:

- Prigozu, el ka debe ser, xintadu lapu na txon ta papia el so...

Txeka ba ta txiga mas pertu di konbersador solitariu divagarinhu, embora ku menus medu, mas inda ku se dedu na gatilhu, ta djobe atentamenti pa kualker movimentu prigozu.

Kantu Txeka dja staba djuntu di es individu solitariu, el xinti txeru di alkuol. Nton, Txeka kumesa diskunfia ma el staba frenti di un inofensivu gateru:

- Bon dia!
- Bon dia?! Bu ka odja ma

inda sta sukuru! Mos, sikadjar bu sta moku, bu sa ta kuda lus di es posti e sol?! An? – inda ku rostu na txon, riaji individu solitariu ku falar di un pesoa boka na txon, sima ki el sa ta djobeba algun kuza.

- Kontise algun kuza ku nho pa nhu sta lisin nho so altas-ora di noti?

- Eh! An, anho e pulisia?! – gateru sklama, dipos di arma labanta kara un bokadinhu.

- N pode djuda-nho? Kuze ki kontise ku nho?

- Nada! Senhor pulisia, nada!

- Nton, nhu kre pa nu djuda-nho ba kaza di-nho?

- Nha kaza, senhor pulisia?! Omi, nha kaza dja perde, sima ki dja el soti na tera burbur! Dja N djobe-l tudu djobe N ka sa ta sarta ku el na ninhun kabu.

- N ta ntende... Mas, e prigozu sta lisin es ora nho so. Fora kel li, nhu pode panha frieza si nhu fika dentu di es jia-da. Nhu spera N djuda-nho labanta, pa nu ba djobe kaza di-nho. – Txeka Pulisia pega-l di pa tras djuntu sobaku pa tenta labanta-l.

- Nau! Nhu dexa-m! Ka nhu fadiga, senhor pulisia. Modi ki nhu txoma propi? Nho e omi dretu! Nhu ta trata algen suguru, dentu kaminhu.

- Nu ka debe faze ningen mal, pabia maldadi, si nu ka almusa-l, nu ta djanta-l. Es ta txoma-m Txeka Pulisia. Txeka pa sirbi-nho! Nhu labanta pa amor di Deus! Nu ba djobe kaza di-nho!

- Ka meste, senhor Txeka Pulisia! Nu ta ba djobe-l dibaldi. Dja N kansa di djobe nha kaza pa sisi. Pur isu, N rizolve xinta lisin. N sa ta spera-l lisin!

- Modi algen ta spera se kaza?!

- Eh! Senhor Pulisia, es ka fla ma tera ta jira?

- Sin...?!

- Nton?

- Nton, kuze?
- Tera ta jira, ta jira, ta jira i mi N ta fika paradu lisin ti nha kaza pasa nha frenti pa N labanta frakati, salta dentu del txapu!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/05/2021	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
04/06/2021	Operação Monetária de Financiamento (2 Anos)	0,7500
08/06/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
11/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
15/06/2021	Operação Monetária de Financiamento (2 Anos)	0,7500
17/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
23/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
07/05/2021	Bilhetes do Tesouro 360 dias	1,0000
13/05/2021	Obrigações do Tesouro 10 anos	3,0625
18/05/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	2,8750
21/05/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,9375
03/06/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	3,0000
11/06/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	3,0000
23/06/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	3,0000

Taxas de Câmbio de 30-06-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	92,652	92,854
INGLATERRA	GBP	1	128,141	128,444
CANADÁ	CAD	1	74,909	75,050
SUÍÇA	CHF	100	10 049,700	10 062,476
JAPÃO	JPY	100	83,763	83,890
DINAMARCA	DKK	100	1 481,449	1 484,138
NORUEGA	NOK	100	1 080,820	1 083,510
SUÉCIA	SEK	100	1 084,819	1 087,676
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,365	6,567
CHINA	CNY	100	1 435,481	1 435,481
BRASIL	BRL	1	18,744	18,744
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Cozido de peixe seco (Nham Nham sabores de Cabo Verde)

Ingredientes

- 1 kg de peixe seco;
- ½ kg de mandioca;
- ½ kg de inhame;
- ½ kg de banana verde;
- ½ kg de batata doce;
- 2 cebolas médias;
- 1 pimento;
- cheiro verde q.b;
- 2 dentes de alho;
- malagueta q.b;
- azeite q.b;
- sal q.b.

Modo de preparação

- 1- Coloca o peixe de molho de véspera, num recipiente com água.
- 2- No dia seguinte, tempere o peixe com sal, azeite, louro e alho.
- 3- Numa panela, doure a cebola, o alho e o pimento no azeite, a seguir acrescente o peixe e adicione água suficiente.
- 4- Quando o peixe estiver quase cozido, acrescente as verduras cortadas e lavadas, o cheiro verde e a malagueta e deixe ferver em lume brando.
- 5- Quando estiver pronto disponha o peixe e as verduras num prato de ir à mesa.



Caça-palavras

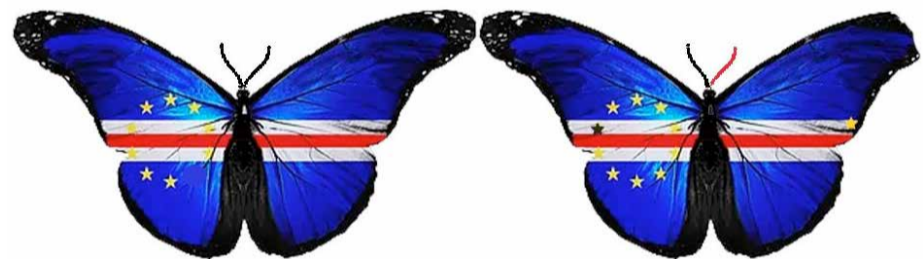


Encontre 10 palavras que lembram Cabo Verde:

SOLUÇÕES:

CACHUPA
INDEPENDÊNCIA
COLADEIRA
ESCUDO
ILHAS
MORABEZA
LIBERTAÇÃO
DEMOCRACIA
LUTA
MORNA

Sete diferenças



Talento

Stephanie Silva é uma jovem de 29 anos, licenciada em Design de Comunicação, que encontrou a sua própria forma de comunicar através da Climax, marca de moda e design, criada há alguns anos, mas que só em 2018 ganhou nome.

O seu surgimento partiu de uma questão identitária e, esta marca, tendo as pessoas como sua maior inspiração, pretende transmitir uma mensagem contando histórias, resgatando profissões, cultura e tradição, provocando uma revolução no mundo da moda ao conferir identidade às suas peças e, consequentemente, às pessoas que

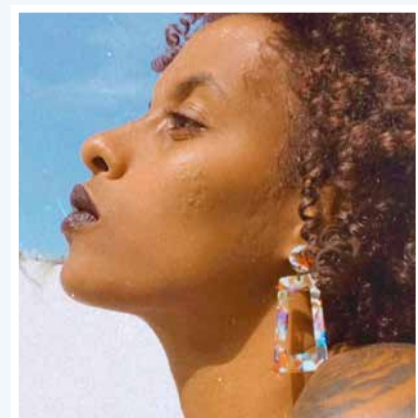
as usam.

A filha da zona de Salamansa, em São Vicente, com o intuito de ajudar a sua e demais comunidades criou Fashion Matter, baseando-se nas suas vivências e memórias. É um projeto que reuniu nove mulheres voluntárias daquela região, onde foi desenvolvida a sua primeira coleção oficial. Salmar foi inspirada em formas geométricas, no formato dos botes, nas redes de pesca e na personalidade de cada uma das participantes.

A designer também deu vida à coleção Índigo, desenvolvida logo no início da pan-

demia de Covid-19, após Stephanie Silva participar de um curso online sobre moda sustentável. Esta coleção é feita com jeans reutilizados com mistura de outros tecidos, principalmente os africanos.

De forma geral, os preços das peças variam de mil a 11 mil escudos, entre roupas, sapatos, jóias e sacos. Para o futuro, Climax almeja a estabilidade, expandir em Cabo Verde e também para o mercado internacional. Além disso, há mais coleções a caminho que preveem deixar a sua marca no mundo da moda e dar oportunidades a artistas que trabalham por conta própria. 🌱



AGENDA CULTURAL

Elsa Fontes leva “Sinfonia em Claro-escuro” além-fronteiras

A escritora e socióloga cabo-verdiana, Elsa Fontes quer levar a sua mais recente obra “Sinfonia em Claro-Escuro” além-fronteiras e fazer com que este romance chegue aos cabo-verdianos espalhados pelo mundo e não só. Para já estão agendadas duas

Romice Monteiro

A primeira apresentação em Portugal está prevista para o dia 12 de julho, na União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), com horário marcado para às 17 horas.

Já o próximo lançamento em Lisboa está marcado para o dia 14, no Centro Cultural de Cabo Verde (CCCV), enquadrado nas actividades de comemoração do seu segundo aniversário de Inauguração – dia 6 de julho.

A próxima paragem da “Sinfonia em Claro-Escuro” pode vir a ser Luxemburgo na perspectiva da sua autora.

O livro de romance, lançado

pela primeira vez em Fevereiro do ano passado, na Cidade da Praia, “conta a história de uma mulher cabo-verdiana forte, meiga, alegre, sensível e também bipolar, que navega no mundo carregando nas costas o peso da sua vida, da sua história, da estigmatização da sua saúde mental, pelas sociedades portuguesa e cabo-verdiana”.

A obra que já teve também o seu lançamento em Mindelo de onde Elsa Fontes é natural, já vai na sua segunda edição e encontra-se disponível nas livrarias da Praia, do Mindelo e da ilha do Sal.

Sobre a autora

Elsa Fontes nasceu em São Vicente e tem a alma partilhada entre Portugal e Cabo Verde. Passou parte da sua infância em Luanda e a sua juventude em Lisboa onde se licenciou em Sociologia e fez o Mestrado em Estudos Africanos e Desenvolvimento socioeconómico, ambos pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

De volta a Cabo Verde em 2005, iniciou o seu percurso profissional como Técnica Superior no Ministério de Educação, destacada para a Comissão Nacional de



Cabo Verde para a UNESCO, em 2013.

Como investigadora e socióloga o seu trabalho foi sempre focado em temas de difícil abordagem, nomeadamente o bairrismo, o comportamento da juventude e a bipolaridade. Nesta sequência, nasceu a suas primeiras obras “O Bairrismo em Cabo Verde: Santiago - São Vicente” em 2007 e “Juventude Cabo-verdiana:

Bairrismo - Um caso de resistência à Educação Não Formal”, em 2016.

Fora da academia Elsa Fontes faz voluntariado na Fundação Infância Feliz e Associação “A Ponte”, realiza palestras sobre sensibilização para os Direitos Humanos e outros temas de Educação para a Cidadania, para além de outras contribuições sociais na sua área de formação.

Acontece

► - Feira Cultural de Santa Isabel, no Polivalente Djidjung –Sal Rei, Boa Vista, de 1 a 3 de julho.



► - Inauguração da exposição “Retrospectiva Nelson Neves 2001-2021”, no Palácio da Assembleia Nacional, sexta-feira, 2 de julho, às 17H00.



► - Mário Lúcio & Teresa Salgueiro, no Cine-teatro Garrett – Póvoa de Varzim, Portugal, sábado, 3 de julho, às 21H00.



► - Catchupa Factory Paleio com Akinbode Akinbiyi e Eustáquio Neves sobre Fotografia Africana, no Centro Cultural do Mindelo, quinta-feira, 1 de julho, às 18H30.



Aconteceu...

► - Show de dança japonesa com Naoka e Itsuki, no palácio da Cultura Ildo Lobo, no Platô, sexta-feira, 25 às 18H30.





**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H.Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

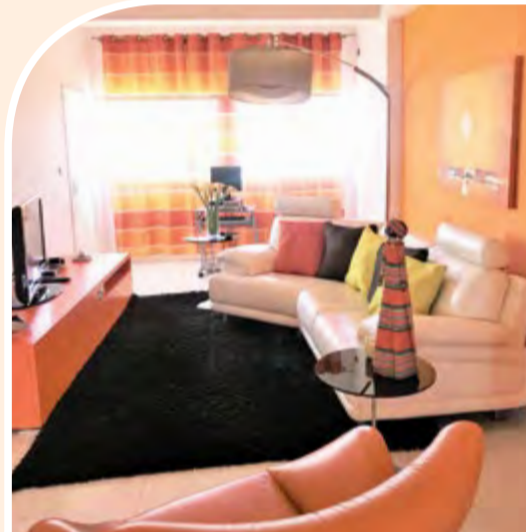
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



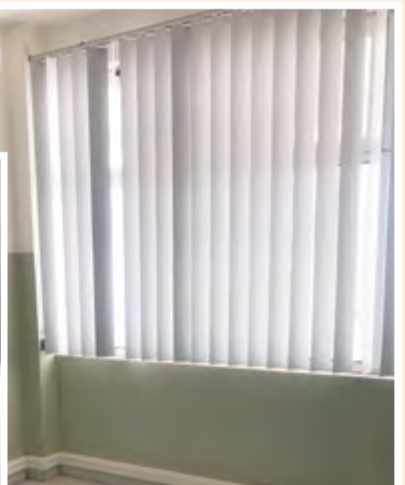
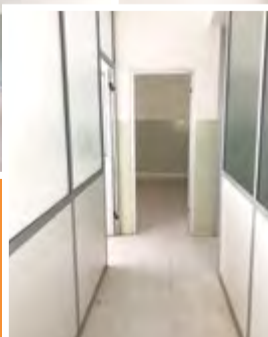
VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

iPhone 6s Plus

Memória - 128 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Gold
Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
Processador - Dual Core
Resolução - 1920x1080
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Grey
Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
Processador - Hexa Core
Resolução - 1920x1080
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



iPhone 7 Plus

Memória - 32 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Rose Gold
Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
Processador - Quad Core
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Contato: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 70º do Estatuto, são convocados os associados certificados da OPACC, em pleno gozo dos seus direitos, para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 16 de Julho de 2021, sexta-feira, pelas 15H30, na Academia da OPACC, 3º andar esquerdo do Prédio onde ficava a TecniciL Indústria, Av. Liberdade e Democracia e Rua da Comunicação Social, nº2, Achada de Santo António, com a seguinte ordem do dia:

1º Discussão e Aprovação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho Diretivo referentes ao ano de 2020 e do respetivo parecer do Conselho Fiscal;

2º Discussão de outros assuntos de interesse.

A Assembleia Geral funcionará em primeira convocatória com, pelo menos, cinquenta por cento dos associados ou dos seus representantes, e, passados sessenta minutos, em segunda convocatória, com qualquer número de associados presentes ou representados, ao abrigo d artigos 36º do Estatuto.

Praia, 30 de junho de 2021

A Mesa da Assembleia Geral
O Presidente da Mesa

António de Pina Tavares



AVISO

ABANDONO DE LUGAR

Fica notificada a Sra. **Vanusa Timas Gomes Anjos**, trabalhadora da Empresa SETELIMA- Serviços Técnicos de Limpeza e Manutenção, Lda., atualmente em parte incerta, que, nos termos do art. 244º do CL, considera-se que a mesma rescindiu, sem aviso prévio, o seu contrato de trabalho, por ter faltado ao trabalho desde o dia 9 de Junho de 2021, presumindo-se abandono de lugar e conseqüente desvinculação do contrato de trabalho desde o primeiro dia em que deixou de comparecer ao trabalho.

Fica ainda notificada a referida trabalhadora que dispõe de um prazo de 8 dias úteis para, querendo, vir ao processo de abandono de lugar, demonstrar que não estava em condições de contactar a empresa durante este período.

Praia, 24 de Junho de 2021.

O Gerente,

Paulo Henrique Marques Timas



TRIBUNLA JUDICIAL DA COMARCA DE S. VICENTE
- 1º Juízo Cível -

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Proc: Acção Executiva Comum Ordinária nr.99/2019.

Exequente: ZURCONSTRÓI – MEDIAÇÃO IMOBILIARIA, LDA.

Executados: SANDRA HELENA DA FÁTIMA SILVA GONÇALVES e EMERSON DANIEL DOS SANTOS MEDINA TEIXEIRA GONÇALVES.

=0=

O Sr. Dr. **Nidianino Romerito Santana de Brito**, Juiz de Direito colocado no 1º Juízo Cível do Tribunal de São Vicente, **faz saber** que no processo e Juízo acima indicados, correm éditos de **VINTE DIAS**, contados da data da fixação dos editais, em que são citados os credores desconhecidos dos executados para, no prazo de **DEZ DIAS**, posteriores ao dos éditos, reclamarem o pagamento

dos seus créditos pelo produto do bem penhorado, abaixo identificado, sobre que tenham garantia real.

= BEM PENHORADO =

Fracção nº 5515/20180226 – B, composto por rés-do-chão direito, do prédio urbano nº 5515/20180226, inscrito sob a cota (G- 2 Ap. 4/26-02-2018), na Conservatória dos Registos de São Vicente, situado em Chã de Alecrim, pertencente aos executados.

Mindelo, 08 de Junho de 2021

O Juiz de Direito,
/Nidianino R. Santana de Brito/
A Escrivão de Direito,
/Arlete S. Fortes/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL

= N.º 33/TJCSF/2021 =

«****()****»

Dr. ^a **ARSÉNIA RAMOS VEIGA**, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:
PROCESSO: Ação Ordinária. NÚMERO DO PROCESSO: 61/2021.

AUTORES: **Luísa Santos Aires Teixeira e Carlos Fernandinho Teixeira.**

ORDENA A CITAÇÃO DOS:

RÉUS: FILHOS HERDEIROS DE ARNALDO JOSÉ MENDES e ADELINO MENDES, em parte incerta dos EUA.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) FAZ SABER que pelo Tribunal Judicial desta Comarca, correm éditos de VINTE DIAS, depois da finda dilação de TRINTA DIAS a contar da publicação do último anúncio, para contestarem, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pelos autores supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que fica á disposição na Secretaria deste Tribunal;

b) De que toda a defesa deve ser deduzida na contestação (art. 449º do CPC);

c) De que é obrigatória a constituição de advogado;

d) De que, caso contestarem a Ação, deverão pagar o prepara inicial no montante de 10.000\$00, (dez mil escudos), dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efetuarem acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da

sua importância (arts. 58º, 61º e 66º do CCJ), ficando advertidos de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva;

e) De que, querendo e necessário for, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e

f) De que gozam ainda da faculdade de requererem à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o Benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. 2619755/56.-Fax: (238)2619754 -C.P. 782 - Rua Serpa Pinto, nº 9, 3º Piso - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe, 18 de Junho de 2021

A Juiz de Direito,
/Arsénia Ramos Veiga/
O Escrivão de Direito,
/Filipe Andrade/

S. Filipe Fogo C.P. 03.- Telefone #0238)2813386 - Fax #40238)2812829 - Cabo Verde



ANÚNCIO Nº 01/ASA/DFA/2021
CONCURSO PÚBLICO DE ALIENAÇÃO DE DOIS
APARTAMENTOS EM PALMAREJO – CIDADE DA PRAIA

1. A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., com sede social no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Espargos - Ilha do Sal, através Núcleo do Património da Direção Financeira e Administrativa, anuncia a venda, mediante proposta **em Carta Fechada, de 02 (dois) apartamentos** pertencentes à Empresa, sites no prédio TERMFRIIO, na Avenida Santo Antão, Palmarejo, cidade da Praia, Ilha de Santiago.
2. Características dos apartamentos:
 - a) **Um apartamento T2** (Fração E 2º andar) composto por 1 (uma) sala comum, varanda, 2 (dois) quartos de dormir, tendo um dos quartos 1 (uma) varanda, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) casa de banho, 1 (um) lava-bo, circulação e estendal, com uma área de 75,86 m2 (setenta e cinco, oitenta e seis metros quadrados), inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça, sob o nº 15745/4.
 - b) **Um apartamento T3** (Fração C, 2º andar, direito) composto por 1 (uma) sala comum, 3 (três) quartos de dormir, 1 (uma) cozinha, 3 (três) casas de banho, sendo uma delas privativo lavabo, 1 (um) estendal, circulação e 2 (duas) varandas, com uma área de 137,86 m2 (cento e trinta e sete, oitenta e seis metros quadrados), inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça, sob o nº 15745/3.O edifício está equipado com elevador e grupo de emergência para serviços de condomínio.
3. **As propostas devem ser apresentadas até ao dia 19 de julho de 2021**, pelas 16 horas, diretamente na Seção de Apoio à Gestão (SAG), do Aeroporto Internacional da Praia – Nelson Mandela, ou remetidas à mesma via correio, desde que dê entrada na SAG do Aeroporto Internacional da Praia – Nelson Mandela, dentro do referido prazo.
4. O Ato público de abertura das propostas terá lugar na SAG do Aeroporto Internacional da Praia - Nelson Mandela, **no dia 20 de julho de 2021, pelas 10:00 horas.**
5. Os interessados na aquisição dos imóveis devem consultar o Regulamento do concurso público de alienação nº 01/ASA/DFA/2021, disponível no site da ASA, no seguinte endereço eletrónico da ASA, <https://www.asa.cv> (Campo: ASA - Publicações e Artigos).

Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, aos dias 29 de junho de 2021

O Diretor Financeiro e Administrativo

Emanuel Évora Gomes



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Projet GCP/CVI/046/EC – Produção de Whiteboard Vídeos - RFP nº
2021/FRCVI/FRCVI/110500

A Representação da FAO em Cabo Verde, anuncia que está aberto o concurso para a Produção de Whiteboard Vídeos no quadro do projeto REFLOR-CV.

Estão para o efeito convidadas a apresentar propostas, todas as empresas legalmente constituídas e com experiência comprovada.

O Dossier de Anúncio de Concurso (Demande de Proposition) e demais documentos encontram-se publicados no site <https://www.ungm.org/Public/Notice> com a referência **2021/FRCVI/FRCVI/110500**.

Todas as informações relacionadas com o concurso poderão ser obtidas no site <https://www.ungm.org/Public/Notice> e no seguinte endereço: FAO-CV@fao.org

As propostas devem ser entregues conforme instruções existentes nos dossiers de concurso através do endereço <https://www.ungm.org/Public/Notice>, até ao dia **07 de julho de 2021 às 23h59** (hora de Cabo Verde). Após esse prazo, não será aceite nenhuma proposta. É garantida a confidencialidade sobre todos os documentos enviados juntamente com as propostas.

A Representação da FAO em Cabo Verde, reserva-se o direito de anular o concurso, caso as propostas concorrentes não apresentarem as condições mínimas estipuladas no Dossier de Anúncio de Concurso (RFP).



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Projet GCP/CVI/046/EC – Realização de Pintura Mural
RFP nº 2021/FRCVI/FRCVI/110566

A Representação da FAO em Cabo Verde, anuncia que está aberto o concurso de Realização de Pintura Mural no quadro do projeto REFLOR-CV.

Estão para o efeito convidadas a apresentar propostas, todos (as) os (as) Pintores (as) com experiência comprovada.

O Dossier de Anúncio de Concurso (Demande de Proposition) e demais documentos encontram-se publicados no site <https://www.ungm.org/Public/Notice> com a referência **2021/FRCVI/FRCVI/110566**.

Todas as informações relacionadas com o concurso poderão ser obtidas no site <https://www.ungm.org/Public/Notice> e no seguinte endereço: FAO-CV@fao.org

As propostas devem ser entregues conforme instruções existentes nos dossiers de concurso através do endereço <https://www.ungm.org/Public/Notice>, até ao dia **15 de julho de 2021 às 17h** (hora de Cabo Verde). Após esse prazo, não será aceite nenhuma proposta.

É garantida a confidencialidade sobre todos os documentos enviados juntamente com as propostas.

A Representação da FAO em Cabo Verde, reserva-se o direito de anular o concurso, caso as propostas concorrentes não apresentarem as condições mínimas estipuladas no Dossier de Anúncio de Concurso (RFP).



**Projeto GCP/CVI/046/EC – Criação Peças de Teatro e Rádio Drama
RFP nº 2021/FRCVI/FRCVI/110592**

A Representação da FAO em Cabo Verde, anuncia que está aberto o concurso de criação de Peças de Teatro e Rádio Drama no quadro do projeto REFLOR-CV.

Estão para o efeito convidadas a apresentar propostas, todas as companhias de teatro legalmente constituídas com experiência comprovada.

O Dossier de Anúncio de Concurso (Demande de Proposition) e demais documentos encontram-se publicados no site <https://www.ungm.org/Public/Notice> com a referência **2021/FRCVI/FRCVI/110592**.

Todas as informações relacionadas com o concurso poderão ser obtidas no site <https://www.ungm.org/Public/Notice> e no seguinte endereço: FAO-CV@fao.org

As propostas devem ser entregues conforme instruções existentes nos dossiers de concurso através do endereço <https://www.ungm.org/Public/Notice>, até ao dia 15 de julho de 2021 às 17h (hora de Cabo Verde). Após esse prazo, não será aceite nenhuma proposta.

É garantida a confidencialidade sobre todos os documentos enviados juntamente com as propostas.

A Representação da FAO em Cabo Verde, reserva-se o direito de anular o concurso, caso as propostas concorrentes não apresentarem as condições mínimas estipuladas no Dossier de Anúncio de Concurso (RFP).



ANÚNCIO

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde leva ao conhecimento do público que tem aberto um concurso para o recrutamento de um(a) consultor(a) nacional para a **“Implementação da iniciativa “Youth Challenge for SDG”**.

Os(as) candidatos(as) interessados(as) poderão solicitar os Termos de Referência na recepção do prédio das Nações Unidas em Achada Sto António - Praia, nas horas de expediente das 8 às 16 horas e/ou através do site das Nações Unidas em Cabo Verde <https://caboverde.un.org/pt/jobs> e www.facebook.com/onucv

As candidaturas deverão ser enviadas até ao dia **15 de Julho de 2021, 16H00 (hora de Cabo Verde)** para bids.jocv@cv.jo.un.org, com referência **“Consultoria nacional - Implementação da iniciativa “Youth Challenge for SDG”**.

Os dossiers INCOMPLETOS e não identificados corretamente serão excluídos.

Serão contactados apenas os(as) candidatos(as) pré-seleccionados(as).

Quaisquer pedidos de esclarecimento devem ser enviados, por escrito para o seguinte endereço: procurement.cv@cv.jo.un.org

Tipo de contrato: **IC- Individual Contract**

Data provável do recrutamento: **4 de Agosto de 2021**

Duração do contrato: **90 dias (Agosto 2021 a Março 2022)**

“O Escritório Comum do PNUD/UNFPA/UNICEF reserva-se o direito de não recrutar as candidaturas recebidas que não preenchem os requisitos exigidos para este concurso”



CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto nos artigos 36 e 39.º/1 dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde e sob proposta do Conselho Superior, é convocada a Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, a ter lugar na Sede, no dia 29 de Julho de 2021, com início às 10: 00horas, com a seguinte Proposta da Ordem do Dia:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano 2020;
2. Discussão do projeto de regulamento de emolumentos.

Se uma hora depois da hora designada não houver quórum, nos termos legais, a reunião será realizada num período de 24 horas, podendo a Assembleia deliberar desde que esteja presente um terço dos membros com direito a voto.

Qualquer advogado poderá fazer-se representar na Assembleia Geral, por outro advogado mediante instrumento de representação. Um advogado apenas poderá representar um único advogado.

A OACV informa que devido à pandemia do Covid-19, os advogados poderão participar na Assembleia Geral através dos meios temáticos, pelo que serão informados das referências oportunamente através de email e no site da OACV (www.oacv.cv).

Cidade da Praia, 30 de Junho de 2021

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral

Júlio Martins Júnior

Rua Serpa Pinto, n.º 9, 3.º Andar – Plateau – Tel: (+238) 2619755/56 – Fax (+238) 261 9754
Email: ordemadvogados@cvtelecom.cv



Oportunidades de Emprego

A Competir Cabo Verde está a recrutar para um dos grupos económicos mais sólidos em Cabo Verde os seguintes perfis:

- Responsável Criativo

- Responsável Marketing Digital

- Designer Gráfico e Copywrite

Local de Trabalho: Praia

As candidaturas deverão ser enviadas para o e-mail: recrutamento@competircv.cv até ao dia **4 de julho**.

Mais informações em www.competircv.cv



CÂMARA MUNICIPAL DO MAIO
GABINETE DO PRESIDENTE

Convenção de Financiamento 01-CP/PEMPIP/DGI/21

“Projecto de formação visando o reforço de competências e empregabilidade da população da ilha do Maio”

Anúncio de concurso

Contratação de Consultor Individual para Prestação de Serviços de Gestão de Projecto

No âmbito do Projecto de Extensão e Modernização dos Portos Inglês e de Palmeira (PEMPIP), financiado pelo Estado de Cabo Verde e pelo Banco Africano de Desenvolvimento cujo valor ascende a 35 milhões de EUR, a Câmara Municipal do Maio assinou em Março/2021 com o Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação uma convenção de financiamento (01-CP/PEMPIP/DGI/21) com vista a realização de actividades de reforço de competências e empregabilidade das suas populações.

No quadro atrás definido e com vista a mobilização dos meios necessários à preparação da implementação das actividades de formação, a Câmara Municipal do Maio lança pela presente publicação um concurso para a contratação de um consultor que terá a seu cargo as responsabilidades da gestão do projecto referido em epígrafe.

1- Entidade adjudicante: Câmara Municipal do Maio

2- Entidade responsável pelo procedimento: Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação / UEP-PEMPIP

3- Objecto: Contratação de um consultor individual responsável pela gestão do projecto de formação profissional.

4- Elegibilidade e origem: Os critérios de elegibilidade e de origem são os estabelecidos pelo **Banco Africano de Desenvolvimento**, no documento “Règles et procédures pour l’utilisation des consultants”.

5- Local de execução do contrato: Cidade do Porto Inglês, ilha do Maio (flexível)

6- Prazo de execução do contrato: 18 meses

7- Documentos da proposta:

I- Proposta técnica

- i) Carta de apresentação incluindo documento de identificação, NIF e endereço/contactos
- ii) Currículo actualizado segundo modelo fornecido
- iii) Diplomas/certificados de formação académica e profissional
- iiii) Declaração em como concorda com as condições propostas nos documentos do concurso

II- Proposta financeira

- i) Modelo da proposta financeira, devidamente preenchido

Os documentos das propostas técnicas e financeiras deverão ser obrigatoriamente colocados em dois invólucros separados com identificação expressa de “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA FINANCEIRA”, respectivamente.

Os dois invólucros deverão posteriormente ser incluídos num sobrescrito exterior com identificação “Projecto de formação visando o reforço de competências e empregabilidade da população da ilha do Maio / Concurso para contratação de consultor individual”

“Não abrir antes da data limite de entrega das propostas, 07/07/2021 (11:00)”

8- A avaliação decorrerá em duas fases, numa primeira fase será realizada a avaliação técnica mantendo-se a proposta financeira fechada. Após a conclusão da avaliação técnica e os resultados terem sido comunicados aos concorrentes dar-se-á início a segunda fase de avaliação financeira.

9- Critério de adjudicação: O contrato será adjudicado ao Consultor cuja proposta tenha obtido no final do processo de avaliação, a pontuação ponderada $PT (PT = 0,8 \times PT + 0,2 \times PF)$ mais elevada.

Critérios de avaliação técnica (Total: 100 pontos):

- a) Formação académica: 10 pontos
- b) Experiência profissional geral: 20 pontos
- c) Experiência profissional específica em projectos de natureza e complexidade similares: 50 pontos
- d) Entrevista (eficiência e eficácia da comunicação oral (5) e conhecimento do projecto (5) e das funções que serão desempenhadas (10)): 20 pontos

Os concorrentes cuja proposta técnica não tenha obtido um pontuação técnica (PT) igual ou superior a 70 pontos não serão admitidos.

A proposta financeira, para ser considerada elegível, não deverá ultrapassar o montante dos recursos disponíveis de 6.500.000 CVE.

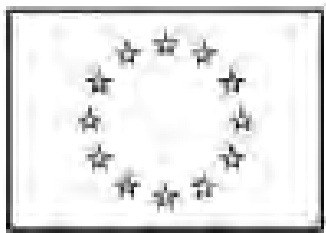
10- Os Consultores individuais interessados poderão obter informações suplementares ou esclarecimentos mediante contacto através do seguinte endereço electrónico (Email: ricardo.salustio@gov.cv com cópia ao seguinte Email: silvaivanira27@gmail.com). Os pedidos de informação ou esclarecimentos devem ser enviados o mais tardar até 30/07/2021.

11- Data limite para apresentação das propostas: As propostas deverão todas dar entrada nos serviços administrativos do Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação / UEP-PEMPIP impreterivelmente o mais tardar até ao dia 09/08/2021 (10:30). No acto de entrega das propostas o Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação / UEP-PEMPIP emitirá um recibo assinado e carimbado, especificando a data e a hora da recepção das mesmas.

12- A abertura de propostas (acto público) terá lugar no dia 09/08/2021 (11:00), nas instalações do Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação / UEP-PEMPIP.

O presente procedimento é regido pelas disposições aplicáveis do acordo de crédito 2000200003403 assinado entre Cabo Verde e o Banco Africano de Desenvolvimento em matéria de aquisições.

Os termos de referência e os formulários poderão ser obtidos mediante pedido expresso endereçado ao Sr. Ricardo Salústio / Email: ricardo.salustio@gov.cv e com cópia a Vereadora Dra. Ivanira Silva / Email: silvaivanira27@gmail.com



UNION EUROPÉENNE
DELEGATION EN REPUBLIQUE DE CABO VERDE

La Délégation de l'Union Européenne au Cabo Verde envisage le pourvoi d'un poste de Gestionnaire de Projets (GEN)

Nous sommes

L'Union européenne (UE) est le fruit d'un partenariat économique et politique entre 27 pays européens. Elle joue un rôle majeur sur la scène internationale, que ce soit par la diplomatie, les échanges commerciaux, l'aide au développement ou la coopération avec les organisations internationales. À l'étranger, elle est représentée par plus de 140 représentations diplomatiques, connues aussi sous le nom de délégations de l'UE, qui ont une fonction similaire à celle d'une ambassade.

La Délégation de l'UE en République de Cabo Verde est un partenaire engagé dans la coopération avec le pays.

Nous proposons

Nous proposons un poste d'Agent Local I - Gestionnaire de Projets. Dans le cadre de cet emploi, la personne recrutée se verra attribuer des fonctions qui dépendront des besoins de la délégation. Lors du recrutement, le candidat retenu occupera un emploi spécifique en tant que Gestionnaire de Projets; cette fonction peut être modifiée selon les besoins de la Délégation. Dans le cadre de cette fonction, le candidat retenu servira de personnel technique et d'appui pour appuyer la mise en œuvre des projets et programmes d'aide au développement et de coopération financière et technique avec les pays tiers, plus spécifiquement ceux en rapport avec le Partenariat Spécial UE-Cabo Verde, les programmes thématiques de l'UE et l'appui à la société civile, sous la supervision et la responsabilité du chef de section Coopération.

Un environnement de travail multiculturel dans une Délégation d'environ 20 personnes. Possibilité de missions. Semaine de travail de 37h30min, à Praia. L'agent sera classé dans le Groupe I, avec une rémunération initiale de base de 233.783 CVE/mois.

Nous offrons une position concurrentielle dans un environnement international. Des avantages tels qu'un régime de pension complémentaire et une assurance médicale pour les employés et leur famille sont offerts sous certaines conditions.

Critères de sélection

Exigences minimales:

1. Être médicalement apte à exercer les fonctions requises;
2. Jouir des droits civiques et posséder les permis de travail conformément à la législation locale;
3. Connaissance approfondie du portugais, en plus de l'anglais.
4. Niveau d'enseignement correspondant à un cycle complet d'études universitaires de trois années au moins, sanctionné par un diplôme officiel de préférence dans un des domaines suivants: Ingénierie ; Droit; Science politique; Sociologie; Lettres ; Économie.
5. Expérience professionnelle de cinq ans minimum, en rapport avec les tâches à accomplir.

6. Maîtrise des outils informatiques comme Microsoft Office (Word, Excel, Access, PowerPoint, Outlook, Internet)

1. Les points suivants seront considérés comme un atout:
2. L'achèvement d'études de type Master de spécialisation (d'au moins un an au-delà du cycle complet d'études universitaires et sanctionné par un diplôme).
3. Une expérience en matière d'identification, préparation et gestion de projets dans le domaine de la coopération pour le développement constitue un atout.
4. La connaissance du Cabo Verde et de la région constituent un atout.

Comment soumettre votre candidature

Veillez adresser votre candidature et les pièces justificatives à:

DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu

Le dossier de candidature portant mention «Candidature pour un poste de Gestionnaire de Projets (GEN)» La candidature doit contenir une lettre de motivation (en portugais ou anglais) et un Curriculum Vitae détaillant le parcours académique ou d'enseignement, le parcours professionnel (y compris les références pertinentes), la connaissance des langues et toute autre compétence ou activité qui s'avère pertinente pour une meilleure connaissance du candidat (en portugais ou anglais).

La Délégation ne fournira pas d'informations supplémentaires et ne discutera pas de la procédure de sélection par téléphone. Toute question concernant cette procédure doit être adressée par écrit à

DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu.

La procédure

Après l'expiration du délai de dépôt des candidatures, celles-ci seront examinées par un comité de sélection mis en place à cet effet. Le comité de sélection établira une liste restreinte de candidats jugés les plus aptes à occuper le poste, sur la base d'une appréciation préliminaire des renseignements fournis dans les lettres de candidatures et les pièces justificatives. Les candidats présélectionnés seront invités à la phase d'évaluation, qui peut comprendre un entretien si nécessaire – à ce stade, le comité de sélection évaluera l'aptitude des candidats à occuper le poste.

Les candidats n'ayant pas été retenus sur la liste restreinte ne seront pas contactés individuellement; toutefois, la Délégation utilisera les mêmes moyens de publication que pour le présent avis de vacance pour informer les autres candidats que la procédure de recrutement été menée à son terme et qu'un candidat a été (ou non pas été) recruté.

Date limite pour la soumission des candidatures: 11/07/2021 avant 23.59, Heure locale Cabo Verde.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2º JUÍZO CÍVEL
Palácio da Justiça
C.P. no 99 - Tel.: 333 64 46/47 - 333 64 18 e Fax: 2613880
Email: 2juizocivil@gmail.com

ANÚNCIO Nº 14 /2021

O Sr. Dr. **ANTERO CARLOS LUBRANO VARELA**, JUIZ DE DIREITO DO SEGUNDO JUÍZO CÍVEL e, nos autos de **Processo Executivo Ordinária nº 21/2013**, em que são:

EXEQUENTE: BANCO INTERATLÂNTICO, S.A., com sede nesta cidade.

EXECUTADOS: MOURA COMPANY - Empresa de Transporte Público de Passageiros Soc. Unip. Lda., com sede nesta cidade, Sr. **António Lopes da Moura** e Sr.ª **Hercelinda Isabel dos Santos Cabral Moura**, identificados nos autos.

Depositário: **Pedro Gomes**, maior, colaborador do exequente, residente em Achada São Filipe, Telf. 9775014, com obrigação de mostrar o bem a quem o queira examinar, art.º 770º, do CPC;

FAZ SABER, que foi determinada a venda por **PROPOSTA EM CARTA FECHADA**, dos bens indicados nas verbas **1ª a 30ª da LISTA ANEXA**, penhorados aqueles executados.

VALOR BASE DA VENDA: O valor constante em cada verba.

Todos os interessados na compra destes bens, são convidados a apresentarem as suas propostas na secretaria do **2º Juízo Cível** deste tribunal, e até ao dia da sua abertura.

PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS, a efectuar neste tribunal, foi designado o dia 02 de Julho de 2021, pelas 09h:00.

Cidade da Praia, 14 de Junho de 2021

Cidade da Praia, 14 de Junho de 2021
O Juiz de Direito
Antero Carlos Lubrano Varela
O Escrivão de Direito
Paulino Rodrigues Silva

LISTA ANEXA

Auto de penhora de veículos automóveis.

- Auto de Penhora de Veículos Automóveis -

Aos três dias do mês de Março do ano dois mil e quinze, nesta cidade da Praia, eu **António Andrade**, Escrivão de Direito, na companhia dos senhores **João Alberto Correia**, **Cláudia Aleixo** e **Gerson Monteiro**, Ajudante de Escrivão e Oficiais de Diligências de serviço, para proceder a penhora ordenada nos autos de Processo de Execução registado sob o nº 21/2013, movida pelo exequente **Banco Interatlântico, S.A.**, para garantia e pagamento da quantia exequenda de **174.649.838\$00** (cento e setenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito escudos), juros e custas, estando presente o louvado nomeado Sr. **Luís Manuel Freire Tavares**, maior de idade, mecânico auto, natural desta freguesia e concelho, residente em Achada de São Filipe, com domicílio profissional na sede da **FILIFE AUTO, L.da** sita em Achada de São Filipe, e levou-se a feito a mencionada diligência que recaiu sobre os seguintes bens móveis:

- Verba Primeira -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-04-GR**, avaliado em **seiscentos mil escudos (600.000\$00)**, apresentando em **maus estado de conservação** e, OPERACIONAL- estava na linha, quando foi penhorado;

- Verba Segunda -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-05-GR**, avaliado em **setecentos mil escudos (700.000\$00)**, apresentando num **bom estado de conservação** e, OPERACIONAL- estava na linha, quando foi penhorado;

- Verba Terceira -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-06-GR**, avaliado em **um milhão e duzentos mil escudos (1.200.000\$00)**, apresentando num **bom estado de conservação** e, OPERACIONAL - estava na linha, quando foi penhorado;

- Verba Quarta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-94-GR**, avariado

e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), sem veio, avaliado em cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00);

Auto de Penhora nos Autos de Processo de Execução nº 21/2013

- Verba Quinta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-95-GR**, avaliado em **setecentos mil escudos (700.000\$00)**, apresentando num "razoável" estado de conservação e, OPERACIONAL- estava na linha, quando foi penhorado;

- Verba Sexta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-76-HS**, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), sem caixa de velocidade, sem bloco de motor, seu avaliado em **cem mil escudos (100.000\$00)**;

- Verba Sétima -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-77-HS**, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), avaliado em cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00);

- Verba Oitava -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-33-KS**, avariado só casco, sem eixo, com o bloco do motor no lugar mas avariado, sem máscara de frente, avaliado em **cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)**;

- Verba Nona -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-34-KS**, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), sem eixo da frente, sem máscara, avaliado em **cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)**. Este carro está imobilizado há muitos anos.

- Verba Décima -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-35-KS**, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), sem eixos, avaliado em **cem mil escudos (100.000\$00)**.

- Verba Décima Primeira -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-36-KS**, avaliado em **um milhão e novecentos mil escudos (1.900.000\$00)**, apresentando num "razoável" estado de conservação e, OPERACIONAL - estava na linha, quando foi penhorado.

- Verba Décima Segunda -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-37-KS**, avariado, apresentando o chassi (só casco), sem motor no lugar, sem eixos, avaliado em cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00);

Auto de Penhora nos Autos de Processo de Execução nº 21/2013

- Verba Décima Terceira -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-38-KS**, avariado e imobilizado, apresentando o chassi (só casco) com motor no lugar mas, avariado, avaliado em cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00);

- Verba Décima Quarta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-57-KT**, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), com eixos, sem caixa, sem quadrante, avaliado em **cem mil escudos (100.000\$00)**;

- Verba Décima Quinta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-58-KT**, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), avaliado em **cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)**.

- Verba Décima Sexta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-59-KT**, avaliado em **dois milhões de escudos (2.000.000\$00)**, apresentando num "bom estado" de conservação e, OPERACIONAL - estava na linha, quando foi penhorado.

- Verba Décima Sétima -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-60-KT**, avariado avaliado em **dois milhões de escudos (2.000.000\$00)**, apresentando num "bom" estado de conservação;

- Verba Décima Oitava -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-61-KT**, avaliado em **um milhão e oitocentos mil escudos (1.800.000\$00)**, apresentando num "razoável" estado de conservação e, OPERACIONAL - estava na linha, quando foi penhorado;

- Verba Décima Nona -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº **ST-02-LC**, avaliado em **um milhão e setecentos mil escudos (1.700.000\$00)**, apresentando num "razoável" estado de conservação e, OPERACIONAL - estava na linha, quando foi penhorado;



Auto de Penhora nos Autos de Processo de Execução no 21/2013

- Verba Vigésima -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-03-LC, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), avaliado em *cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)*;

- Verba Vigésima Primeira -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob o nº ST-04-LC, avaliado em *dois milhões de escudos (2.000.000\$00)*, apresentando num "bom" estado de conservação e, OPERACIONAL - estava na linha, quando foi penhorado;

- Verba Vigésima Segunda -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-05-LC, avariado e imobilizado, sem para-choques (nem frente, nem dianteiras nem traseira), apresentando o chassi (só casco) com motor no lugar mas, avariado, avaliado em *cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)*;

- Verba vigésima Terceira -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-06-LC, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), sem eixos, sem porta traseira, avaliado em *cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)*;

- Verba Vigésima Quarta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-07-LC, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), com motor desarmado, avaliado em *cem mil escudos (100.000\$00)*;

- Verba Vigésima Quinta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-08-LC, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), avaliado em *cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)*;

- Verba Vigésima Sexta -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-09-LC, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco), com motor desarmado, avaliado em *cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)*;

- Verba Vigésima Sétima -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-10-LC, avariado e imobilizado, apresentando o chassi (só casco) com motor no lugar mas, avariado, avaliado em *cento e cinquenta mil escudos (150.000\$00)*;

Auto de Penhora nos Autos de Processo de Execução nº 21/2013

- Verba Vigésima Oitava -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-11-LC, avariado e imobilizado, apresentando apenas o chassi (só casco, sem caixa de velocidade), avaliado em *cem mil escudos (100.000\$00)*;

- Verba Vigésima Nona -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-85-LD, AGRALLE - MASCARELLO, com avaria mas está a operar (é uma avaria temporária), avaliado em *setecentos mil escudos (700.000\$00)*.

- Verba Trigésima -

Um veículo automóvel, pesado de passageiros, matriculado sob nº ST-86-LD, avariado e imobilizado há muito tempo, apresentando apenas o chassi (só casco), avaliado em *cem mil escudos (100.000\$00)*;

Os veículos automóveis supra mencionados foram depositados nos armazéns da exequente sita em Achada de São Filipe sob a inteira responsabilidade do Fiel Depositário nomeado, Sr. Dr. Carlos Gregório Pereira, jurista e trabalhador da exequente, com os demais sinais de identificação nos autos,

Para constar se lavrou este auto que lido vai devidamente ratificado.

Auto de Penhora nos Autos de Processo de Execução nº 21/2013

cada um dos autos
→ Fiel Depositário Sr. Dr. Carlos Gregório Pereira
João Correia
 - Gerson Manuel Spencer L. Lima Montano
 António Judrade



República de Cabo Verde
 TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS MOSTEIROIS
 Cidade de Igreja-Telefone, 2831307 - Fax no 2831047-C. P.8110

ANÚNCIO Nº 01/2021

O SR. DR. CARLOS PATRICK TEIXEIRA ANDRADE, JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS MOSTEIROIS

Pelo Tribunal da Comarca dos Mosteiros, correm termos uns autos de Ação de Justificação Judicial registados sob o 32/21, que a autora **Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, representado pelo Pároco Padre Egidio Alves dos Santos** move contra os réus **Ministério Público** e **Interessados Incertos**, são estes requeridos citados, são estes citados, para no prazo de TRINTA DIAS, a contar da data da publicação do último anúncio, virem aos autos declararem se o imóvel abaixo identificado lhes pertencem.

Prédio Urbano, composta por capela construída em blocos de cimento, coberta de telhas de roselite e cimento armado, composto por uma sala destinado a culto, tendo em anexo um quarto pequeno, uma cisterna e retrete, um apêndice, um pátio e quintal cimentado, rebocado e pintado, com uma área total de 351 m² (trezentos e cinquenta e um metros quadrados), com confrontações Norte caminho, Sul Her-

deiros de Joaquim Vieira Lopes, Este com Herdeiros de José da Veiga Lela e Oeste com caminho, sito em Achada Grande do Concelho dos Mosteiros, inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o nº 2986/0, e que achava anteriormente inscrito sob o nº 1060 da Zona.

Prédio Rustico-terreno de semeadura, anexo à capela, com uma área total de 249,23 m² (duzentos e quarenta e nove virgula vinte e três metros quadrados), com as mesmas confrontações.

Tribunal da Comarca dos Mosteiros, 21 de junho de 2021.

Tribunal da Comarca dos Mosteiros, 21 de junho de 2021.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS
ANÚNCIO n.º 02/2021

A MM.ª JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS, E NOS AUTOS DE PROCESSO ORDINÁRIO N.º 37/2018, EM QUE SÃO:

AUTOR: ANTÓNIO DOS SANTOS LOPES.

REUS: CONSTRUGRAFIA, LDA, MARIA JUDITE CORREIA LOPES, ISABEL MARIA CORREIA LOPES DA COSTA JORGE, CARLA SOFIA CORREIA LOPES LOURENÇO AMARAL, PEDRO SAMUEL CORREIA LOPES, JÚLIO CÉSAR MORAIS DA CRUZ, ANTÓNIO DO ROSARIO DA CRUZ E CRISTINA DA LUZ MORAIS DA CRUZ.

VALOR: 2.000.000\$00

Ficam citados os réus, **CONSTRUGRAFIA, LDA, MARIA JUDITE CORREIA LOPES, CARLA SOFIA CORREIA LOPES LOURENÇO AMARAL E PEDRO SAMUEL CORREIA LOPES**, para, no prazo de **20 dias**, acrescida da dilação de **30 dias**, que se começará a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio, contestarem querendo os autos em epigrafe, sob pena de ser considerado confessados os fac-

tos articulados pelo autor cujo pedido consiste em que seja decretada a ineficácia em relação ao autor da venda de terrenos e que seja reconhecido ao autos o direito de executar contratos relativos aos mesmos terrenos.

Caso contestarem deverão no prazo de **CINCO DIAS**, efectuar o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido de taxa de justiça de igual montante, nos termos do art.º 66º do Código das Custas Judiciais, e que têm a faculdade para requerer, em requerimento autónomo, tanto para o Tribunal como para a Ordem dos advogados de Cabo Verde, sendo para esta (Ordem), em caso de obrigatoriedade de constituição de advogado, o benefício de assistência judiciária, o qual em relação à Ordem, deverá ser no prazo máximo de **DOIS DIAS**, a contar da data de citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos das suas insuficiências económicas.

Os duplicados da petição inicial encontram-se neste Cartório às suas disposições.



Palácio da Justiça, Cidade de São Domingos - Várzea da Igreja Telefones 2682150/5162301/5162302. Fax 2687357. CP 7515



Ministério da Saúde

Palácio do Governo
CP nº47, Várzea, Cidade da Praia
República de Cabo Verde
Telef: (+238) 261 0128

Anúncio

Concurso Público nº 01/UGA/MSSS/2021 Aquisição de Equipamentos destinados ao Centro de Saúde de Santa Catarina, ilha de Santiago.

1. Entidade Adjudicante.

Ministério da Saúde, representado através da Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG), sito no Palácio do Governo, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. n.º 47, Praia – Cabo Verde, com os números de telefones (+238) 261 01 19 e (+238) 261 01 28, faz saber que se encontra aberto a partir da data da publicação do presente anúncio, o Concurso Público Nacional e Internacional para aquisição de Equipamentos destinados ao Centro de Saúde de Santa Catarina, ilha de Santiago, repartido nos seguintes lotes:

- Lote 1 – Fisioterapia;
- Lote 2 – Consulta Geral;
- Lote 3 – Saúde Materna;
- Lote 4 – Observação;
- Lote 5 – Esterilização, Laboratório e Farmácia;
- Lote 6 – Cozinha e Lavandaria;
- Lote 7 – Administrativo;
- Lote 8 – Informático;

2. Órgão competente para a decisão de contratar.

Ministério da Saúde - MS.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento.

Ministério da Saúde, representado pela Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG) – Unidade de Gestão de Aquisição (UGA).

4. Financiamento.

As despesas inerentes a celebração do contrato será financiada pela Unidade de Gestão dos Projetos Fundos Kwait.

5. Objeto do concurso.

O concurso destina-se à aquisição de Equipamentos destinados ao Centro de Saúde de Santa Catarina, ilha de Santiago, nos termos do Anexo I do Caderno de Encargo.

6. Local de fornecimento dos bens.

Os bens objeto do presente procedimento serão entregues no Centro de Saúde de Santa Catarina, sito na ilha de Santiago.

A Entidade Adjudicante poderá, na vigência do contrato, solicitar o fornecimento dos bens noutras instalações a indicar, com carácter temporário ou permanente, sem que haja alterações no preço devido.

7. Prazo de execução do contrato.

O contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo prazo de 60 (sessenta dias).

8. Propostas variantes.

Não são admitidas propostas variantes.

9. Obtenção dos documentos do concurso.

Os documentos do concurso, **pode ser levantado em formato digital** junto do Ministério da Saúde representado através da Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG), sito no Palácio do Governo, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. n.º 47, Praia – Cabo Verde, com os números de telefones (+238) 261 01 19 e (+238) 261 01 28, nos dias úteis entre as 8h:30mn às 16h:00mn, ou solicitado **por via eletrónica**.

O levantamento dos documentos de concurso deverá ser realizado por um representante autorizado do proponente, munido de uma pen drive, no endereço acima citado.

10. Requisitos de admissão.

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente Procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento referidas no

artigo 70.º do Código da Contratação Pública.

11. Modo de apresentação das propostas.

As propostas devem ser apresentadas de acordo com os requisitos definidos no Programa do Concurso e no Caderno de Encargo.

12. Língua.

As candidaturas devem ser elaboradas em língua Portuguesa.

13. Data de apresentação das propostas.

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, **até às 10h00mn do dia 28 de julho de 2021**, no Ministério da Saúde - Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG), sito no Palácio do Governo, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. n.º 47, Praia – Cabo Verde com os números de telefones (+238) 261 01 19 e (+238) 261 01 28.

14. Prazo manutenção das propostas.

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias contados da data de termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das Propostas.

15. Critério de adjudicação.

A avaliação e a classificação das propostas obedecerão ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, sendo o mesmo densificado através dos seguintes fatores e respetivas ponderações:

- a) Preço (40%),
- b) Avaliação Técnica (45%)
- c) Garantia (5%)
- d) Prazo de entrega (10%)

16. Pedido de esclarecimento.

Os interessados poderão solicitar, por escrito através do site www.mf.gov.cv, ou pelos endereços eletrónicos:

carinac.lima@ms.gov.cv; lenira.ortet@ms.gov.cv; edna.fernandes@ms.gov.cv; emilia.monteiro@ms.gov.cv; esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Documentos do presente Procedimento, **até o dia 07 de julho de 2021**. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço postal, ou de correio eletrónico indicados pelo interessado, **até o dia 19 de julho de 2021**.

17. Ato Público

O ato público de abertura das propostas terá lugar no Ministério da Saúde da República de Cabo Verde, na Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG), sito no Palácio do Governo, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. n.º 47, Praia – Cabo Verde no dia **28 de julho de 2021 às 14:30mn** podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

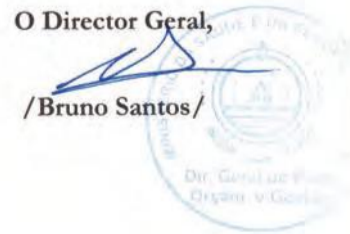
18. Lei aplicável ao procedimento

Decreto-lei nº 88/VIII/2015 de 14 de Abril – Código da Contratação Pública.

Ministério da Saúde, Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, Praia, 23 de Junho de 2021.

O Director Geral,

/Bruno Santos/



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 05.11.2020, de folhas 96 a 97 do livro de notas para escritura diversa número 244, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Mário Henrique Martins e Henrique Martins**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia onze do mês de janeiro de dois mil, no mar da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, faleceu **Mário Henrique Martins**, aos dezanove anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi de Alemanha, filho de Henrique Martins e de Maria Conceição Martins, e que teve a sua última residência em Povoação ao Morro, Ilha do Maio. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, não deixou descendentes ou cônjuge, e sucederam-lhe como únicos herdeiros os seus pais: Henrique Martins e Maria Conceição dos Reis Silva, o primeiro já falecido e identificado na segunda habilitação, e esta última maior, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio e residente em Maio.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e três do mês de julho de dois mil e vinte, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, faleceu **Henrique Martins**, aos oitenta anos de idade, no estado civil de casado com Maria Conceição dos Reis Silva, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, filho de Francisco Correia Martins e de Paulina Ribeiro, e que teve a sua última residência em Morro, Ilha do Maio.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos, Francisco Eduardo dos Reis Martins, casado com Liliana Tarares Rocha Silva, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Achadina, Praia; José Rui dos Reis Martins, solteiro, maior, residente em Alemanha, Carlos Silva Martins, solteiro, maior, residente em Maio; todos eles maiores e naturais da freguesia de freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 05 de novembro de 2020.

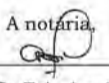
CONTA:202038545/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

EXTRATO DA ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO FEITA POR JOSÉ ANTÓNIO LIMA CASADO COM MARIA FILOMENA ROCHA ALVES LIMA

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto – Lei nº45/2014 de 20 de Agosto B.O. nº50-Iª Série, que numa casa de residência sita em Cruz João Évora, cidade do Mindelo, e no livro de notas para escrituras diversas n.ºB/70, de folhas 9 a 10, se encontra exarada uma escritura de justificação outorgada no dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e um, no qual **José António Lima**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, contribuinte fiscal número um zero dois três cinco seis seis três sete, e cônjuge **Maria Filomena Rocha Alves Lima**, natural da freguesia de Santo André, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, contribuinte fiscal número um um cinco seis oito um quatro três quatro, casados entre si sob o regime de comunhão de bens adquiridos, segundo declaram, residentes nesta cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, se declaram dono e legítimo possuidores, com exclusão de outrem, de lote de terreno, com a área de cento e sessenta e oito metros quadrados, situado em Ribeira Bote, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, confrontando do Norte, Sul e Oeste com Lotes construídos e Este com estrada, inscrito na matriz da freguesia de Nossa Senhora da Luz a favor do referido José António Lima, sob o número 1924/0, com o valor matricial de trinta e um mil, cento e vinte escudos. - Os justificantes alegam, na referida escritura, que a posse e titularidade do direito da propriedade sobre o dito lote de terreno urbano tem por fundamento nos seguintes factos: a) Que o dito imóvel lhes veio à posse, por compra que fizeram, desde o ano de dois mil e um, aos irmãos, Manuel João Cabral e Maria Victoria Almeida, pelo preço de **um milhão, quatrocentos e cinquenta mil escudos**, liquidado em quatro prestações, conforme comprovativos que se apresentam; b) Que, à data do negócio de compra e venda, por mero lapso, não efetuaram a escritura de compra e venda, sendo os recibos de pagamento do preço da venda, os únicos documentos de prova; c) Que, com o falecimento da senhora Maria Victória Almeida, no ano de dois mil e dez, não têm possibilidade de formalizarem a transmissão do direito de propriedade, para a sua esfera jurídica, e que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, da Região de Primeira Classe de São Vicente, mas desde logo entraram na posse e fruição do imóvel, em nome próprio, posse assim, que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Deste modo, sendo que a sua posse dura a muitos anos, tendo sido adquirida de boa-fé, de forma titulada, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja, a qual conduziu à aquisição do imóvel por usucapião, o que invoca para justificar o seu direito de propriedade para fins de estabelecimento de novo trato sucessivo no registo predial.

Está conforme

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos cinco de março de 2021.

Conta:


Artº. 20.4.21000\$00

Imposto de selo200\$00

Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº. 264738 Conta nº 202111205

A Notária em Acumulação,

Jizza Francisca Pires Fernandes

EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dez de junho de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **noventa e sete a noventa e oito**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Miguel Honório dos Santos Tavares**, falecido no dia trinta de novembro de dois mil e vinte, nesta cidade de Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Maria Pires Gomes Tavares.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários as suas filhas: **a) – Vânia Sandra Gomes Tavares**, casada com Manuel António Delgado da Lomba, sob o regime de comunhão de adquiridos; **b) – Sónia Dorilde Gomes Tavares dos Santos**, casada com Bruno Jorge Duarte dos Santos, sob

regime de comunhão de adquiridos. Ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora do Monte, concelho e Ilha da Brava e residentes na cidade da Praia.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido Miguel Honório dos Santos Tavares.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 2054 /2021

A Notária, D.ª

Jandira dos Santos Cardoso Vieira



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 11.06.2021, de folhas 33 a 35 do livro de notas para Escrituras Diversas número 260, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura

de Habilitações de Herdeiros por óbitos de **Sandra Maria Martins Évora, Débora Martins Évora, Francisco José Martins Évora, e Juvino Ramos Évora**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia dez do mês de julho do ano de mil e novecentos e setenta, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, **Sandra Maria Martins Évora**, aos quatro meses de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filha de Jovino Ramos Évora e de Crescência Martins Évora, com última residência habitual no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que a falecida não fez testamento, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus pais:

Jovino Ramos Évora, já falecido.

Crescência Martins Évora, viúva, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que têm perfeito conhecimento que no dia vinte e dois do mês de junho do ano de mil e novecentos e oitenta, faleceu no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, **Débora Martins Évora**, aos dois anos de idade, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filha de Jovino Ramos Évora e de Crescência Martins Évora, com última residência habitual no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que a falecida não fez testamento, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus pais:

Jovino Ramos Évora, já falecido.

Crescência Martins Évora, viúva, natural da freguesia de de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que têm perfeito conhecimento que no dia vinte e seis do mês de fevereiro do ano de mil e novecentos e oitenta e um, faleceu no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, **Francisco José Martins Évora**, aos quatro meses de idade, natural que foi da mesma freguesia, filho de Jovino Ramos Évora e de Crescência Martins Évora, com última residência no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que o falecido não fez testamento, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os pais: Jovino Ramos Évora, já falecido, e Crescência Martins Évora, viúva, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

QUARTA HABILITAÇÃO

Que têm perfeito conhecimento que no dia nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Juvino Ramos Évora**, aos oitenta e três anos de idade, no estado civil de casado com Crescência Martins Évora, natural que foi da mesma freguesia e concelho acima referidos, filho de João sátiro Évora e de Maria Livramento Ramos Évora, e que teve a sua última residência habitual no Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos:

Luís Paulino Martins Évora, maior, casado com Maria Alice Tavares Baptista, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente no Achada Grande Trás, Praia;

Delfina Laura Martins Évora, maior, casada com Luís Avelino Gomes Rodrigues, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia;

Rosa Maria Martins Évora, maior, casada com Fernando Frederico Castro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente na cidade do Porto Inglês, Maio;

Virgílio António Martins Évora, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia; Raquel Helena Martins Évora, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Estados Unidos da América; Dirce Helena Martins Évora, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente no Bairro Craveiro Lopes, Praia. Que não existem outras pessoas que segundo a lei com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 11 de Junho de 2021.

CONTA: 40 /2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo.86º-A da Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 28.06.2021, de folhas 46 a 47 do livro de notas para Escrituras Diversas número 261, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros par óbito de **Maria Da Circuncisão Tavares Pereira Furtado**, nos termos seguintes:

Que no dia trinta e um mês de Janeiro do ano dois mil e dezasseis, na freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, Portugal, faleceu **Maria Da Circuncisão Tavares Pereira Furtado**, aos cinquenta e sete anos de idade, no estado civil de salteira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Praia, filha de Joaquim Pereira Furtado e de Domingas Tavares Pereira, e que teve a sua última residência habitual na Rua de São Tomé, lote 131, Prior Velho, Sacavém e Prior Velho Loures, Portugal.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiras os seus filhos, a seguir identificadas:

José Luís Tavares Pereira Neves, salteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Palmarejo, Praia;

Vanilde Helena Tavares Pereira Gomes, salteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia,

residente em Paiol, Praia;

Ana Isa Pereira Semedo Pinto, maior, casada com Humberto Nascimento Pinto Semedo sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada grande Trás, Praia.

Edir Maria Pereira Semedo Vieira, maior, casada com Manuel Vieira Lopes sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Paiol, Praia;

Edy José Pereira Semedo, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Paiol, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março. Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 29 de junho de 2021. A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 76/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no vinte e três dias do mês de junho, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, perante mim **Djamila Rocha Delgado**, Conservador-Notária Estagiária, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e dois, de folhas setenta e quatro verso a setenta e cinco, a habilitação de herdeiros, por óbito de **Carolina Júlia Medina**, que era solteira, natural da freguesia de São Pedro Apostalo da Ribeira Grande, falecida em São Vicente, no dia vinte e sete de julho do ano dois mil e onze, com a última residência em Espia, São Vicente.

Na referida escritura foi declarado que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores e sucedeu-lhe como herdeiros legitimários os seus filhos, a saber: **a) - Inácia Carolina Medina**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apostalo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Itália; **b) - Belarmino Carolina Medina**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Pedro Apostalo, Concelho da Ribeira Grande, residente em Chã de Igreja; **e) - An-**

tónio Carolina Medina, viúvo, natural da freguesia de São Pedro Apostalo, Concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Praia.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da falecida **Carolina Júlia Medina**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande de Santo Antão, aos 25 de junho de 2021.



CONTA:

Artº.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 1632/2021

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande do Cidada da Ponta do Sol
Tef:(+238) 225 14 03 - email: Djamila.delgado@rni.gov.cv

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 29.06.2021, de folhas 54 a 55 do livro de notas para Escrituras Diversas número 261, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Retificação de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Ana Maria Matos de Carvalho Santos Neves, Antônio Alves Almada, Manuel Alves e Isaura Gracinda Gomes Alves Rodrigues**, nos termos seguintes:

Que se retifica a Escritura Pública de Habilitação de Herdeiros, lavrada aos trinta e um do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, a folhas 22 a 24 verso, do livro de notas para escrituras diversas número 259, deste Cartório Notarial, adiante designada por Escritura Anterior, no sentido de nela se incluir a Habilitação de Herdeiros por falecimento de **Tomás Martins de Carvalho**, nos termos seguintes:

Que têm perfeito conhecimento que no dia dezoito do mês de agosto do ano de mil, novecentos e trinta, na freguesia e concelho de Santa Catarina, faleceu Tomás Martins de Carvalho, aos quarenta e três anos de idade, no estado civil de casado com Maria

Júlia Martins de Carvalho, natural que foi da freguesia de Nassa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Rafael de Carvalho e de Ana Martins de Carvalho, e que teve a sua última residência habitual em Portugal.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, deixou como únicos herdeiros seus filhos: Ana Maria Matos de Carvalho Santos Neves e Manuel Alves, ambos falecidos e habilitados na Escritura Anterior.


Que em tudo o que não for retificado, a Escritura Anterior se considera inalterada.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 29 de junho de 2021.

CONTA: 79/2021

A notária,



Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e seis**, a folhas **dezasseis a dezassete**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Maria Segunda da Silva Varela Semedo**, falecida no dia três de fevereiro de dois mil e vinte, em Marselha - França, onde teve a sua última residência, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de casada com Bernardino Robalo Semedo, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos e universais herdeiros os filhos: **a) Emanuel de Jesus Varela Semedo**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Figueira das Naus; **b)- Jeremias Varela Semedo**, residente em Figueira das Naus; **c) Sidinai Varela Semedo**, residente em Portugal.

Estes naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, todos solteiros e maiores.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria Segunda Silva Varela Semedo**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um.

Emol: 1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3011/2021



Catarina Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde | Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notaria: jandira.vieira@mi.gov.cv

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 17.06.2021, de folhas 54 a 56 do livro de notas para Escrituras Diversas número 260, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitações de Herdeiros por óbitos de **João Mendes Tavares, Inácio Dias Tavares e Germano Dias Tavares**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e um do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e nove, numa casa sita em Chão Bom, freguesia de Santo Amaro Abade, faleceu **João Mendes Tavares**, aos setenta anos de idade, no estado civil de casado com Claudina Varela Monteiro, no regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, filho de Domingos Sanches Tavares e de Gregória Mendes Tavares, e que teve a sua última residência habitual em Chão Bom, Tarrafal.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros os seus filhos:

Simão Mendes Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França;

Domingas Monteiro Tavares, maior, casado com Sabino da Costa Mendes, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal;

Domingos Monteiro Tavares, maior, solteiro, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França;

Miguel Monteiro Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França;

Rosalina Monteiro Tavares, maior, casada com Arménio Rodrigues de Carvalho, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal;

Germano Dias Tavares, já falecido;

Inácio Dias Tavares, já falecido.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e três de março do ano de mil e novecentos e noventa e três, em Place Du Trident, França, faleceu **Germano Dias Tavares**, aos trinta e oito anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia de Santo Abade, concelho do Tarrafal, filho João Mendes Tavares e de Claudina Varela Monteiro, e que teve a sua última residência em 10 Place Du Trident.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos: Elton John Tavares, casado com Astrid Renée Nancy Michaud, natural de França, onde reside; Eddy Tavares, solteiro, maior, natural de França, onde reside; Tommy-Peter Tavares, solteiro, maior, natural de França, onde reside.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia dezasseis de maio do ano de dois mil e oito, na freguesia de Unhos, concelho de Loures, Portugal, faleceu **Inácio Dias Tavares**, aos cinquenta e um anos de idade, no estado civil de solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, filho João Mendes Tavares e de Claudina Varela Monteiro, e que teve a sua última residência habitual em Estrada Militar Taludem, 88, Catajujal, Unhos, Loures, Portugal.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como única herdeira a sua mãe Claudina Varela Tavares, viúva, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho de Tarrafal, residente em Tarrafal.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com ela possam concorrer à sucessão

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DLn.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 17 de Junho de 2021.

A notária,



Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 53 /2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Extrato para publicação

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis de junho de dois mil e vinte e um, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 35, de folhas 14 a 14 verso, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado:

Que no dia seis de dezembro de dois mil, faleceu na freguesia de Nossa Senhora da Luz - Concelho de São Vicente, **Evaristo da Graça Monteiro**, com 63 anos de idade, filho de Manuel André Monteiro e de Antónia Maria da Graça, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria Augusta Neves Monteiro, natural da freguesia de Santo André do Concelho do Porto Novo, com última residência habitual em Porto Novo.

Que o falecido não fez testamento, não deixou descendentes menores ou equiparados e sucedeu-lhe como herdeiros legítimos os filhos:

- a) Paulina Neves Monteiro, residente em Espanha;
- b) Epifânia Neves Monteiro, residente em Espanha;

c) Isabel Neves da Graça Monteiro, residente em São Vicente;

d) Maria Glória Neves Monteiro, residente em São Vicente;

e) Gaspar Daniel Neves Monteiro, residente em Martiene;

f) Jandira Helena Neves Monteiro, residente em Espanha, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Santo André – concelho do Porto Novo.

Que não há quem lhes prefira ou com eles possa concorrer na sucessão à herança do referido **Evaristo da Graça Monteiro**.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 16/06/2021.

A Conservadora/Notária.



Conta nº 432/2021. Importa em mil e duzentos escudos.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo - Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo
Tef: (+238)222 11 41 - email: alicia.luz@rni.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 21.06.2021, de folhas 74 a 75 do livro de notas para Escrituras Diversas número 260, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **António César Monteiro Macedo**, nos termos seguintes:

Que no dia vinte e seis do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, em Alvalade Lisboa, faleceu **António César Monteiro Macedo**, aos sessenta e dois anos de idade, no estado civil de casado com Edite Maria Baptista Vera-Cruz Martins de Macedo no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Caetano Monteiro de Macedo e de Maria Auxíliia Lopes Correia Santos, e que teve a sua última residência habitual na Rua Quinta das Lavadeiras-Lisboa.

Que o falecido não fez testamento nem outra disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros os seus

filhos: David Caetano Martins Monteiro Macedo, solteiro, maior, residente em Chã d'Areia, Praia, e António César Monteiro de Macedo Júnior, solteiro, maior, residente em Chã d'Areia, Praia, ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 21 de Junho de 2021.

CONTA: 57 /2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acta 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade - NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 20 a fls 21 do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, na qual **XANDINA TEREZA ALVES DE OLIVEIRA que também usa XANDINA A. DE OLIVEIRA e HIRONDINA ANDRADE MONTEIRO**, aquela com NIF181209500, esta com NIF181167204, ambas solteiras, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residentes nos Estados Unidos da América, se declaram com exclusão de outrem, donas e legítimas possuidoras de um prédio urbano feito em blocos, coberto de cimento armado, composto por uma sala de visita, um quarto de dormir, uma casa de banho, cimentado, rebocado e pintado, uma garagem em construção, com quintal e pátio, no sítio de Queimada Guincho, confrontando a norte com Angelina Antunes de Oliveira, Sul e Este com via publica e oeste com Eunice Gonçalves Oliveira e Marcelino Macedo Alves, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 5177/0, com o valor matricial de novecentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriram o referido prédio por o terem construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, nas lavas vulcânicas, por volta dos anos noventa.

Que estão na posse e fruição do imóvel desde a referida construção e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, por usucapião, o que ora invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e três de Junho de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 110/06

Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00

Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº 2811371/2811154



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 01 de Julho

FARMÁCIA 2000

Achadinha Baixo - T: 261 56 55

MINDELO

Mindeló - T: 232 74 65

SEXTA - 02 de Julho

MODERNA

Plateau - T: 261 27 19

AVENIDA

Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SÁBADO - 03 de Julho

CENTRAL

Plateau - T: 261 11 67

LEÃO

Mindeló - T: 232 66 04

DOMINGO - 04 de Julho

SANTO ANTÓNIO

ASA - T: 262 11 86

NENA

Mindeló - T: 232 22 92

SEGUNDA - 05 de Julho

AFRICANA

AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

HIGIENE

Mindeló - T: 231 00 06

TERÇA - 06 de Julho

AVENIDA

Fazenda - T: 261 36 90

JOVEM

Mindeló - T: 232 45 30

QUARTA - 07 de Julho

SANTA ISABEL

Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO

Mindeló - T: 232 74 65